



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06/11/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Boa tarde a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 26ª Audiência Pública do ano de 2017; 6ª Audiência Pública temática referente ao Orçamento 2018.

Informo que essa audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br link Auditorios On Line. Publicação no Diário Oficial dos dias 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28 e 31 de outubro, e também nos dias 1 e 4 de novembro de 2017. Há publicação nos jornais de grande circulação como *O Estado de S.Paulo*, em 25 e 31 de outubro de 2017, bem como na *Folha de S.Paulo*, 26 e 31 de outubro de 2017. Projeto de Lei do Orçamento está disponível para consulta no site da Câmara Municipal de São Paulo.

E essa audiência pública tem como objetivo debater os seguintes projetos: PL 686/2017, do Executivo, que estima receitas e fixa despesas do Município de São Paulo para o Executivo 2018, Orçamento Municipal 2018; PL 687/2017, do Executivo, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021.

Vou suspender essa audiência pública por 15 minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Reaberta a audiência pública. Quero informar a criação do site especificamente do Orçamento. É especificamente para sugestões on line, no www.camara.sp.gov.br/orçamento_2018.

Temos a presença do Vereador Relator Ricardo Nunes; também do Subrelator para a Secretaria de Serviços e Obras Vereador Rodrigo Goulart; estão presentes ainda os Vereadores Fabio Riva, Eliseu Gabriel – sempre Secretário -, peço que componham a mesa conosco.

Convidamos para essa audiência o Secretário Municipal de Serviços e Obras Sr. Marcos Rodrigues Penido, obrigado pela presença, por favor, sente-se à Mesa conosco.

Está conosco também a Sra. Giulia Puttomatti. Vamos ver se decorei o nome,

Puttomati, está sempre conosco, é a Secretária Adjunta da Fazenda; o Sr. Hamed, Coordenador Geral do Orçamento; também convidamos a Secretaria Municipal de Urbanismo, a Sra. Heloisa Salles Penteado Proença; o Presidente da SP Obras, Sr. Vitor Levy Castex Aly; o Presidente da São Paulo Urbanismo José Armênio de Brito Cruz. Obrigado a todos pela presença.

Nobre Relator, estou muito satisfeito que todos os convidados estão presentes. Queria fazer uma correção, e então consultar os senhores à Mesa, nobres Vereadores Ricardo Nunes e Rodrigo Goulart: fizemos uma alteração no calendário, ou seja, o Conselho Tutelar, hoje está vinculado à Secretaria de Governo, e fizemos uma alteração em que se transferiu a Secretaria de Governo para o dia 16 de novembro.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não. É que nós temos... os Conselhos Tutelares estão vinculados às Prefeituras Regionais agora. Interessante.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então vocês já vão permitir que essa mudança nos deixe meio atabalhados. Bom, tínhamos as Prefeituras Regionais, de fato, estava marcada, *a priori*, nesta tarde, neste auditório. Nós publicamos no *Diário Oficial* a alteração na semana passada. Então eu precisava fazer uma consulta. Os conselheiros e conselheiras que aqui estão possuem a primeira data em mente, talvez também não é obrigado a entender que houve uma mudança.

Por isso, nobres Relator e Subrelator, podemos permitir que eles participem? É que farão intervenções. Nós não teremos o Secretário que vá respondê-los. Nós temos a Fazenda presente. Bem, quem cuida do dinheiro, talvez seja isso que interesse a vocês. O que não quero é prejudicá-los por conta disso.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Para mim não há problema algum, só que algumas perguntas temáticas, sobretudo que sabemos que existem 32 Prefeituras Regionais,

não me sinto, jamais, à vontade para responder perguntas específicas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O que acontece: naquela alteração que teve de Secretarias, até inclusive criou-se uma Secretaria, coincidiu, naquele dia, o nobre Vereador, muito atento, colocou: “Com essas mudanças, criou-se uma Secretaria da Casa Civil e tivemos de fazer uma adequação”. E o Secretário nos disse que a Prefeitura mudou naquele dia. Houve uma confusão e nós fomos obrigados a alterar, mas foi publicado, quanto a isso ficamos atentos à publicação em Diário Oficial e nos grandes jornais de maior circulação.

Claro que, evidentemente, os senhores tinham a primeira data. Então vamos permitir que vocês se inscrevam, façam as intervenções e eu queria, de antemão, agradecer todos os presentes, os representantes, todos os convidados. Vamos esgtabelecer uma dinâmica de colocar, combinado com o Relator e o Subrelator, em tratar os temas conjuntamente.

Vamos, assim, tratar da Secretaria de Serviços e Obras, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Então Prefeituras Regionais nós alteramos para o dia 16. Aqui trataremos de serviços e obras, SP Obras, SP Urbanismo – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Fundo de Desenvolvimento Urbano e o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor.

Vereador Eliseu Gabriel? (Pausa) Talvez ele também esteja nessa confusão. Não sei se ele compreendeu que Trabalho e Empreendedorismo também seria hoje.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós vamos organizar isso imediatamente. Quero reiterar que, em função das mudanças que ocorreram a semana passada, tivemos que realinhar o calendário. Quem pediu pela ordem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Está resolvido? (Pausa) Então vamos fazer o seguinte. Temos a exposição, então, quem fará a primeira? (Pausa) Vamos nos organizar.

(Pausa). Então a Sra. Heloisa fará a exposição da Secretaria de Urbanismo e de Licenciamento, a SP Urbanismo. Podemos começar por aí? Pode usar ali, se quiser ficar mais à vontade. Peço que apaguem as luzes para a projeção. Peço que abaixem um pouco a temperatura do ar. Obrigado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nós terminamos às 15h15 a audiência de educação e esporte que era para ter sido encerrada às 14h, então como ela se esticou, eu abri nossa audiência e imediatamente suspendi para que todos pudessem tomar um lanche.

Aproveito para declarar abertas as inscrições. Tem alguém para anotar as inscrições? (Pausa). Tem. Está resolvido. As inscrições estão abertas para a audiência pública.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. HELOISA SALLES PENTEADO PROENÇA – Posso começar? (Pausa)

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, como vocês sabem, ela resulta da junção de duas pastas, eram duas pastas separadas anteriormente: a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Secretaria de Licenciamento.

O primeiro desafio, e o mais difícil, que temos enfrentado esse ano e que vamos permanecer enfrentando, ainda está em curso, é a junção dessas duas culturas. São duas culturas diferentes: de quem propunha a legislação, pensava e propunha a legislação para esta Casa Legislativa, ou seja, Plano Diretor, Lei de Zoneamento, enfim, toda o marco regulatório, e de que aplicava, que era o que fazia a Secretaria de Licenciamento, na hora em que entravam os projetos para análise da Prefeitura, do Executivo.

Então a nossa proposta orçamentária de SMUD juntando as duas pastas é um total para 2018 de 156 milhões, divididos em, vocês vão verificar que grande parte das nossas despesas são despesas de custeio, grande parte do volume de recurso; para investimento, temos muito pouco dinheiro, dependemos muito de várias parcerias que estão sendo gestadas.

Seguinte, por favor. Só para terem uma ideia, o Orçamento da LOA de 2017 para a

então Secretaria de Desenvolvimento Urbano, a SMDU, totalizava 54 milhões. E a então Secretaria de Licenciamento, a SEL, totalizava quase 76 milhões. No total, as duas pastas juntas, somaram, para este exercício atual, de 2017, 130 milhões. A proposta de 2018 está trazendo um valor de 110 milhões, já fazendo um grande ajuste na área de manutenção, as despesas de manutenção e de materiais de consumo e bens permanentes.

A coluna em vermelho mostra a redução orçamentária que conseguimos, então, já conseguimos esse ano para poder adequar a proposta do ano que vem. Então já fizemos os ajustes, os apertos necessários, particularmente na área de consumo e bens permanentes, e de manutenção. Vejam lá: na manutenção, conseguimos um ajuste de menos 33%. Comparado com o orçamento, então, que tivemos em 2017, para a proposta de 2018, temos aí uma redução de quase 20 milhões ou menos 15%.

Podemos passar, por favor. Para os investimentos que temos a Fonte do Tesouro, temos duas metas colocadas no Plano de Metas. Uma é a informatização do licenciamento. É um grande desafio transformar o licenciamento num modelo mais eficaz, mais ágil e rápido e, na medida do possível - isso não será tarefa de prazo curto -, torná-lo eletrônico, torná-lo digital.

De qualquer forma, está na meta a proposta para 2018 são 3,7 milhões e nas melhorias do Geosampa, que vocês todos conhecem, é a nossa base cartográfica do Município e é possível a quem quiser acessar – qualquer cidadão acessa, qualquer Secretaria, qualquer órgão, inclusive a Câmara Municipal pode acessar – e verificar que é um recurso pequeno, modesto, fácil, é o ganho que essa plataforma significa para a cidade de São Paulo, de quase 300 milhões. Então no total de investimentos, na proposta em recurso do Tesouro, são apenas 4 milhões.

Estamos atrás de novas fontes e parcerias para conseguir colocar de pé a meta importantíssima da requalificação no Centro. Está constando como a Meta 35, consta com esse nome, no Plano de Metas: Centro Lindo. A proposta para 2018 é de 42 milhões para todas as

intervenções necessárias para requalificação do Centro. Isso, então, vocês podem verificar que, do que está sendo pedido do recurso do Tesouro, é quase insignificante face ao que precisaríamos de fato para colocar de pé esses dois projetos tão importantes.

Seguinte. Outras fontes, aquilo eram só as duas metas que estavam no Plano de Metas, outros projetos importantes também dependem de outras fontes e parcerias. Para o Projeto Redenção precisaríamos de 6,8 milhões; calçadas e calçadões, projeto caro à Administração Municipal – não só dessa gestão, mas que tem sido trazido há várias gestões – é de 21 milhões; a requalificação do Largo do Arouche está vindo de parceiros privados: 3,150 milhões; e a requalificação do perímetro do Teatro Municipal, do Mercado Municipal, 11 milhões.

Isso que dá o total de investimentos que compõem as ações do Centro, da requalificação do Centro para o ano de 2018, ou seja, o que conseguimos implementar em 2018 somam os 42 milhões. Esses recursos são previstos, estão orçados e a necessidade está levantada, mas nós ainda estamos em curso tentando buscar esses recursos que não virão do Tesouro.

Para o Fundo de Desenvolvimento Urbano, vocês conhecem a mecânica, o Fundurb, a base dos recursos do Fundurb é a outorga onerosa, a arredação de outorga onerosa. Vejam só que tristeza, o quanto caiu a arrecadação do Fundurb na comparação com ano de 2016, para o ano de 2017. Tivemos aí uma queda de valores atualizados. Esses são valores atualizados de 23%, uma queda de 40,5 milhões. Isso é uma queda muito pesada para que o Fundo de Desenvolvimento Urbano tem de suportar, para os investimentos que o Fundo pode destinar para as áreas importantes da Cidade, e veremos isso em seguida.

A que se deve essa queda? Ao cenário macroeconômico e também, principalmente, à condição sazonal que já vem se arrastando há três anos, particular do setor imobiliário que é o grande aportador de recursos de outorga onerosa. Então a condição de mercado e os custos que estão, e o valor da outorga onerosa que está disposto em lei, todos

conhecem pois está exposto no Plano Diretor, foi o que ocasionou essa queda bastante significativa e importante da arrecadação do Fundurb.

Há uma previsão, aqui, de arrecadação, para 2018, temos de fazer essa previsão, todo ano temos de apresentar isso até o final do ano, o total de outorga para o ano que vem, de 185 milhões. Esse ano, tristemente, não estamos chegando a 115. É isso, Talita? (Pausa) Não estamos chegando a menos de cem milhões, está bem abaixo disso. O projetado é com uma lenta recuperação da economia, e todo nosso otimismo e nossa esperança é que ele chegue a 185 milhões, o que, com um total de rendimento de 15 milhões, se tudo der certo, e a economia se recuperar, bem como o setor imobiliário junto, poderemos ter uma arrecadação de 200 milhões para o ano de 2018.

Vamos em frente. Isso é uma previsão por mês, não há grande interesse nisso. A distribuição por Secretaria mostra que – e vocês também sabem disso – a destinação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano está definida em lei, na Lei do Plano Diretor, para onde esses recursos podem ir, ou seja, a destinação deles está definida em lei, inclusive, com prioridades e porcentagens. Então o mesmo Plano Diretor, no Artigo 240 diz que obrigatoriamente teremos de destinar 30% para a Habitação. Isso é vinculado, o resto é livre. Vejam, então, como está essa distribuição por Secretaria na nossa projeção: Prefeituras Regionais, Habitação, Serviços e Obras, Cultura, e Urbanismo e Licenciamento. O marronzinho é o que está disposto, a porcentagem que está disposta em lei, está vinculada em lei.

Seguinte. Essa distribuição de despesas é uma comparação de que como ela se deu em 2017, e como está projetada para 2018, por Secretaria. Como disse, e repito, aquelas Secretarias que o Plano Diretor admite que os recursos sejam destinados. Então para Prefeituras Regionais temos uma melhora, em todos os casos como temos um projeção de arrecadação maior, melhor do que a desse ano, teremos um pequeno acréscimo em cada uma dessas Pastas, ou dessas destinações. Vale observar que Serviços e Obras é um guarda-chuva que realiza obras também para algumas Pastas. O Secretário Penido está aqui e, se for

o caso, podemos esclarecer. Enfim, é essa a disposição. Grande parte dos recursos mesmo está indo para a Habitação e, significativamente, em segundo lugar, Serviços e Obras.

Podemos passar. Isso é a repetição daquele gráfico ali, em valores. Saímos de 172 milhões para 195. Seguinte. É isso no que diz respeito ao Fundurb.

Temos também a apresentação do Orçamento da SP Urbanismo que é a empresa de desenvolvimento urbano vinculada à Pasta. Como está presente aqui o Presidente da SP Urbanismo, vou pedir a ele que, por favor, faça a apresentação e, depois, ficamos à disposição para a exposição de dúvidas que a plateia tenha.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não, antes quero anotar seu nome para nossos registros taquigráficos. Sr. José Armênio de Brito Cruz, Presidente da SP Urbanismo. Tenha a palavra, Presidente.

O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ – A SP Urbanismo é a empresa de projetos urbanos da cidade de São Paulo, vinculada à Administração Direta, através da SMU, da Secretária Heloisa Proença.

Trouxe uma apresentação rápida dos serviços e do nosso portfólio de trabalhos, que se dão, basicamente, em três eixos. O primeiro - tem algumas citações aí dos trabalhos que estamos desenvolvendo – é o eixo de gestão das operações urbanas. Como todos aqui devem conhecer, a operação urbana é um instrumento previsto no Estatuto da Cidade e também no Plano Diretor já há muitas décadas, como parcerias entre o Poder Público e o setor do imobiliário, no sentido da vendas dos Cepacs, e esses recursos ficam todos vinculados a uma conta da operação urbana, gerida pela SP Urbanismo e com seu Plano de Intervenções também acompanhado pelos conselhos gestores.

O Arco Jurubatuba é um trabalho que estamos fazendo, hoje, na SP Urbanismo e é previsto no PDE para entregar ainda este ano, isso era uma previsão da lei, que é aquela ponta do Arco Pinheiros, chegando perto das represas; a revisão da Operação Urbana Centro; a Operação Urbana Bairros do Tamanduateí – que será para o ano que vem -; o Arco Pinheiros,

também para o ano que vem; a revisão da Operação Urbana Água Branca; e alguns projetos e assessorias para implementação de mobiliário urbano.

Próximo. Temos aí ilustrações. São as quatro operações urbanas. Vejam: a Operação Urbana Centro; a Operação Urbana Água Branca; a Operação Urbana Faria Lima e a Operação Urbana Águas Espraiadas. Queria falar rapidamente que a operação urbana tem dois vetores de trabalho. Um primeiro vetor é a estruturação da operação urbana, ela nasce, aprovada em lei e tal e, depois, ela precisa ser gerida, seus recursos precisam ser geridos. Nós passamos recursos para a SP Obras e acompanhamos essas obras e administramos todos os recursos das contas das operações urbanas. Cada operação urbana tem um saldo e toda essa operação é fiscalizada pela Caixa Econômica Federal e também por um conselho gestor. Por lei, cada operação urbana tem um conselho gestor específico.

Vamos para a frente. Aí só para ilustrar, a Operação Urbana Centro que cita algumas obras, tais como Praça das Artes, Praça Roosevelt, o HIS da 7 de Abril que já vamos começar com a Cohab. É o Plano de Intervenções aprovado pelo conselho gestor e gerido pela SP Urbanismo.

O seguinte já é a Operação Urbana Água Branca e aí vocês vêem o que está em curso agora. São algumas das intervenções e, principalmente, o Subsetor A-1 para construção de, aproximadamente, 1,5 mil Habitações de Interesse Social, num primeiro módulo de 728, que será iniciado proximamente. Tudo isso, repito, é acompanhado e nós prestamos contas mensalmente aos conselhos gestores. Vejam aí obras de prolongamento da Auro Soares de Moura de Andrade, drenagem da Pompeia etc.

Vamos adiante. A Operação Urbana Faria Lima, que é uma operação mais madura, tem suas intervenções, está já num estágio mais avançado, com seu estoque bastante consumido também, mas teve um leilão recentemente em setembro. Esse leilão foi gerido pela Diretoria de Gestão de Operações Urbanas lá dentro da SP Urbanismo.

Próximo. Aí é a Operação Águas Espraiadas, que é ali na Roberto Marinho, vocês

devem conhecer, faz aquele 'T' com a Marginal Pinheiros e que tem um enfoque bastante grande em Habitação de Interesse Social, de uma forma diversa e eu diria bastante dispersa, com empreendimentos pequenos espalhados pelo recorte da operação urbana.

O próximo slide explica o que eu comentei de uma maneira geral, cada operação urbana tem um conselho gestor com atribuições específicas. São atribuições genéricas, mas por lei cada conselho gestor acompanha a sua operação e a coordenação desse conselho gestor é responsabilidade da SP Urbanismo.

Adiante. Essa é uma ilustração do trabalho diagnóstico que estamos fazendo do Arco Jurubatuba, que é aquela área ali perto da Guarapiranga e da cabeça da Billings também, ao longo do canal Jurubatuba. Isso está em diagnóstico. O trabalho nosso é um trabalho técnico e é importante dizer, o nosso orçamento não é um orçamento muito grande, é um orçamento até reduzido diante do que vocês aqui na Câmara estão acostumados a ver. Mas, a responsabilidade do volume de recursos que as parcerias estabelecidas através das operações urbanas não é um volume a ser desprezado de maneira nenhuma. São volumes importantes para intervenção e vinculação; e vinculados e geridos de forma democrática com coordenação da SP Urbanismo através dos conselhos gestores e com a execução da SP Obras. Aí é um exemplo só de uma ilustração do diagnóstico que a gente faz, das possibilidades de adensamento, a situação de mobilidade da região. Isso tudo é interpretado tecnicamente. O corpo técnico da SP Urbanismo tem essa expertise já acumulada por muitos anos.

Adiante. O Arco Pinheiros será outra tarefa nossa. O Arco pinheiros está ilustrado ali, ele engloba a área do Ceagesp e será objeto de trabalho nosso em 2018, definindo diretrizes. Nas operações urbanas em vigência hoje temos outros instrumentos no Plano Diretor como os projetos de intervenção urbana chamados PIUs podem definir exatamente diretrizes e oportunidades e necessidades para cada recorte territorial. E esse é o recorte do Arco Pinheiros previsto para 2018 em lei no Plano Diretor Estratégico de 2014.

Adiante. Aí é o PL de revisão da operação urbana Água branca, mas vou falar

rapidamente os objetivos definidos pela SMU e pela SP Urbanismo. Na revisão da Operação Urbana Água Branca são basicamente colocar a operação urbana em pé. Falando bem rapidamente, porque é uma operação urbana que a lei, pela condição que ficou estruturada, não se viabilizou. Então, o esforço nosso é tanto coloca-la coerente com o novo marco regulatório aprovado, o Plano Diretor e também o zoneamento, assim como viabilizar a operação, porque como vocês sabem a operação faz a revisão de Cepac, recolhe esse dinheiro, coloca esse dinheiro com intervenções e reúne recursos para uma intervenção no território. Isso precisa ver viável tecnicamente, economicamente e institucionalmente e sob o ponto de vista de projeto. E esse é o trabalho que a gente faz, quer dizer, se montarmos uma operação inviável, o mercado não compra. Então, a gente tem de construir uma viabilidade técnica disso.

Aí são os objetivos. Então, encontramos a redução do valor do Cepac, a revisão da tabela de equivalência, a adaptação da lei ao PDE e ao zoneamento, conforme eu disse, inclusão de alguns itens no plano de intervenções, a questão das unidades incentivadas. São recursos técnicos que você fortalece a parceria entre o público e o privado. No caso, o privado, o setor imobiliário. Depois a gente pode - eu não falei no começo -, mas a SP Urbanismo está sempre aberta à Câmara e eu agradeço muito o convite de vocês para vir aqui e, certamente, a gente pode detalhar isso muito mais numa reunião técnica, mas, às vezes, o técnico fica chato então eu estou só respondendo rapidamente. O terceiro vetor, o primeiro vetor é a gestão das operações urbanas; o segundo vetor é a estruturação de projetos territoriais urbanos e o terceiro vetor é o vetor de qualificação do espaço público. Aí é o exemplo dos calçadões do Centro, estamos trabalhando e isso, como a Secretária disse, é um objetivo e uma meta de gestões: a situação do pedestre na Cidade é uma situação bastante crítica e o nosso trabalho é viabilizar isso tecnicamente.

É importante dizer que numa parceria com o setor privado sem projeto você não estabelece parceria nenhuma porque você não sabe quanto custa, você não sabe onde é,

como é que vai forrar, como é que vai ser o pavimento, como é que vai ser a geometria, até onde que chega. O nosso trabalho é esse: dar um elemento para quem quiser fazer a parceria, estar seguro de fazer a parceria com o público e do outro lado do público saber como vai investir o seu recurso, na hora que estiver investindo um recurso público na qualificação do seu espaço público.

Aí é só um mapa dos estudos. Têm os calçadões, dizendo qual que tem largura de 10m de 15m, tem estudo de qual é o eixo mais frequentado, quantas pessoas passam por hora na São Bento, quantos passam por hora na 7 de Abril. Isso são estudos técnicos para viabilizar as soluções que podem estabelecer parcerias ou ser objeto de investimentos públicos. Isso que foi feito é um mapa, que não dá para entender, que é o seguinte: esse estudo para os calçadões foi feito para todas as calçadas da cidade de São Paulo, pensando em como enfrentar o problema das calçadas da cidade de São Paulo. Quais tem largura de 3 metros, quais tem largura de 2 metros. E a gente está justamente preparando uma intervenção para viabilizar recursos e soluções técnicas para justamente melhorar a condição do pedestre na Cidade.

Adiante isso é sobre o ponto de vista de gestão da empresa alguns itens que nós estamos fazendo, nós já enfrentamos aproximadamente, enfrentar significa pagar e negociar 58% das dívidas pregressas da antiga Emurb, que é a nossa mãe da SPUrbanismo e da SPObras. Uma regularização do nosso pessoal junto ao MP, que é uma demanda antiga. Estamos trabalhando com esse objetivo e finalmente, na modernização dos sistemas de gestão.

Então estamos georreferenciando todas as intervenções das operações urbanas, e lincando isso, com o banco de dados das intervenções, que vai permitir uma agilidade e uma segurança muito maior do controle de todas as operações urbanas junto à sociedade e também ao Ministério Público e todos os órgãos fiscalizadores.

Eu agradeço atenção de vocês e estou à disposição para qualquer esclarecimento

a SPUrbanismo está sempre aberta a vocês aqui. Muito obrigado.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, posso aproveitar aqui a presença do José Arménio e falar o seguinte, então a operação Urbana Jurubatuba vai vir esse ano, com certeza, né, Secretária?

A SRA. HELOÍSA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Eu não tenho nem escapatória, eu estou com uma... isso é requerido por lei, para vir até o mês que vem está aqui na... Está aqui na Câmara.

O SR. RICARDO NUNES – Tem uma previsão de quanto deve arrecadar de Cepac?

A SRA. HELOÍSA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Não temos ainda. Não fechou ainda um estudo de viabilidade econômica e nós ainda estamos com a parte de urbanismo, fechando a parte de urbanismo e, agora, nós vamos fazer a parte de viabilidade econômica. Mas é difícil fazer projeção, sempre é, né, projeção para coisa de 20 anos com um cenário adverso, mas, rigorosamente falando, a gente devia estudar o mecanismo. Estou falando seriamente em que a gente possa fazer revisões desses valores.

O SR. RICARDO NUNES – A gente engessou no PDE, né.

A SRA. HELOÍSA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Porque os PLs engessam a operação por 20 anos, então inclusive aquela tabela de equivalência; o valor do Cepac é uma coisa e a outra coisa é o quanto o Cepac compra, que é a tabela de equivalência em cada um dos setores da operação. Isso, por mais feliz que você esteja, nessa bola de cristal, nessa projeção para 20 anos, o mercado muda, a cidade muda e à medida que o território vai mudando também as necessidades do território. Por exemplo, você imagina que alguns setores têm vocação mais para residencial, o outro tem vocação para coisa comercial, industrial, ainda vai se manter, enfim essa é uma projeção que a gente faz uma projeção de cenário para 20 anos. E a gente faz com base no que a gente tem de elementos hoje, na medida em que a operação vai se desenvolvendo e a resposta do mercado, isso vai mudando.

Então, de repente, a configuração do território também muda e você passa a ter que rever essas necessidades.

Mas agora está nos interessando mais melhorar a participação do residencial ou vice-versa e a gente está ali amarrado com aquilo na lei. A gente talvez devesse discutir isso seriamente nesta Casa. Como a gente pode fazer um modelo. Em Curitiba eu estava fora da prefeitura eu dei consultoria para várias prefeituras, muitas, prefeitura de Bogotá, Estação Central do Transmilênio. Em Curitiba nós conseguimos que a Câmara Municipal de lá permitisse que essa revisão fosse feita de tempos em tempos. Claro, com base em estudos de viabilidade que são apresentados a CVM, são apresentados ao Conselho Municipal de Política Urbana. Enfim que a gente possa fazer essa revisão porque isso é uma coisa, é sempre difícil eu fazer essa previsão de arrecadação e é necessária porque precisa estabelecer quanto de volume de área construída que você vai vender para conseguir aquele volume de recurso.

Temos que fazer esse cenário. Temos que montar, mas também teremos que discutir como fazer essa atualização, conforme o território vai mudando, e os resultados que se esperam sejam obtidos ou não, quando não são. Essa é uma discussão que eu queria muito fazer com essa Casa, em profundidade, para a gente ver como a gente consegue encontrar um mecanismo que nos permita fazer essa revisão periódica.

O SR. RICARDO NUNES – Secretária, aproveitando a apresentação da senhora que falou muito da queda da outorga onerosa. Se a senhora mandar para o processo de anistia vai aumentar bastante a sua receita de outorga onerosa, então não tem ideia de quanto vai ter?

A SRA. HELOÍSA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Eu tenho sim e até gosto muito da ideia, mas nós temos um problema técnico para ser vencido. Veja, as leis que temos de anistia vocês conhecem, aprovadas nesta Casa em 2003 as últimas 2003 e 2004. As últimas que tivemos não são propriamente leis de anistia são leis de regularização. Qual é a diferença? A diferença é que as leis que temos exigem que para que o imóvel possa ser regularizado ele tem que ser adequado à legislação vigente. Nós sabemos o quanto isso é

difícil. Você está no Centro, no imóvel que você quer colocar outro uso, quer dar outra destinação, todos queremos isso, ninguém quer ver um imóvel no Centro abandonado, até porque ele tem que cumprir a função social da propriedade. Mas na hora que eu exijo que ele faça alargamento de calçada, fachada ativa, você não consegue, mas proximamente vocês todos sabem, a Casa sabe, nós estamos estudando uma adequação de algumas posições da Lei de Zoneamento em que a gente deve facilitar o retrofit, reforma e retrofit.

Anistia é o segundo passo, porque quando a gente começa a discutir a regularização de imóveis, começa a vir as restrições, todas muito legítimas: não, na área de mananciais, não vai dar para admitir na área de mananciais, não vai dar para admitir em área tombada, não vai dar para admitir perto da zona residencial. Aí nós voltamos para o que temos. Aí você começa a restringir tudo outra vez e nós ficamos de novo engessados. Então é uma discussão bem bacana

O SR. RICARDO NUNES – (palavras ininteligíveis) anistia, Sra. Secretária?

A SRA. HELOÍSA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Esse ano não vem. A gente está imaginando flexibilizar as disposições para incentivar muito reforma e retrofit, inclusive, isentando algumas de outorga onerosa, mas anistia já é uma coisa para a gente pensar com uma profundidade maior por causa dessas restrições que nós estamos falando. Acho que é delicado politicamente. Não é só para o Executivo para essa Casa também, a gente admitir essa coisa ampla, geral e irrestrita. É complicado, mas é uma discussão que se deve fazer bem interessante.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, já posso ir direto acho que a Secretária vai sair e tenho dois pontos aqui.

O SR. JAIR TATTO (Presidente) – Eu vou passar ao relator e ao sub-relator, Rodrigo Goulart, em seguida, a Secretária pode concluir.

O SR. RODRIGO GOULART – Só um questionamento rapidinho. Eu vi a apresentação e quero parabenizar a Secretaria Luiza porque ela dá uma previsão de

arrecadação com a outorga de 185 milhões para o ano que vem e a gente sabe que temos operações urbanas, que temos um estoque grande de Cepac e essa discussão sobre os valores, essa previsão de arrecadação dos valores, já é com uma possível remodelação dessas tabelas ou ainda nos valores atuais?

A SRA. HELOÍSA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – São dois instrumentos diferentes. O Fundurb os recursos são da arrecadação da outorga onerosa; na operação urbana as arrecadações que vem via Cepac só podem ser aplicadas no perímetro da operação. Você conhece bem o mecanismo. Não se pode aplicar outorga onerosa em perímetros de operação urbana. Então são dois recursos diferentes. No Fundurb os recursos arrecadados são para toda a Cidade, para aquele segmento, daqueles setores que a gente mostrou: habitação, serviços, obras, cultura. Enfim, para todo o resto da Cidade, onde não haja operação urbana.

Em operações urbanas cada uma delas tem uma conta vinculada, os recursos arrecadados no Cepac só podem ser aplicados naquelas obras e intervenções que a própria lei da operação urbana já dispôs, então o Fundurb depende muito da condição de arrecadação da outorga onerosa. Basicamente duas coisas: da condição do mercado e o cenário macroeconômico. Acho que lentamente começa a se recuperar. Para o ano que vem quem sabe melhora e a forma de cálculo, de quanto se tem que pagar. E isso está disposto na lei do Plano Diretor.

O Plano de Diretor tem um quadro lá que diz que, se você estiver em tal setor quadra lote, quanto você paga se você quiser comprar potencial construtivo para uso residencial ou para uso não residencial. Isso, então, é uma adequação que você pode fazer por lei. Essa Casa pode mexer nisso, se a gente quiser realmente melhorar a condição de arrecadação do Fundurb.

Das operações urbanas, o ajuste mais importante que temos que fazer é da Água Branca. Por que a história, todos os Vereadores desta Casa conhecem. O projeto de lei que

veio do Executivo tinha valores de Cepac que eram a metade dos valores que restaram aprovados por razões que aqui não valem a pena discutir. Enfim, virou lei, é lei, com valores de Cepac dobrados. Os valores que eram de 700 e 800, aqui chegaram com 700 para residencial, não residencial, 800. Aqui na Câmara nas discussões que se fizeram, esses valores passaram a 1.400 e 1.600. Isso inviabilizou a operação, porque ela ficou tão fora de valores de mercado que o único leilão que a gestão anterior promoveu deu vazio.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. HELOISA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Desculpe?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. HELOISA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Então, essa adequação é importante, porque nós temos uma operação que já é lei, poderíamos estar operando com ela, realizando intervenções, principalmente colocando Habitações de Interesse Social na rua, entregando Habitação de Interesse Social e não entra um tostão. Não entra, porque erramos no valor. E quando ele não está compatível com os valores de mercado o leilão dá vazio.

Então, essa é uma adequação importantíssima, Rodrigo, você tem razão em apontar isso. Se não fizermos essa adequação, a operação continuará natimorta, uma operação que não se viabiliza. As outras operações, o Arco Jurubatuba estamos terminando, temos de fazer as discussões públicas pertinentes e temos mais duas aqui na Câmara já: a do Tamanduateí, que já está na Casa, eventualmente a gente faça alguma ou outra adequação, isso faremos no ano que vem. Mas, faremos aqui, sem tirar o projeto da Casa, dentro mesmo das comissões.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. HELOISA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Eu não entendi.

A zona Leste tem um perímetro de incentivo, tem um perímetro grande de incentivo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. HELOISA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Não, porque ela já é lei. No Plano Diretor. Sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Rodrigo, pode seguir? Vamos lá, então, Secretária, considere-se não dispensada, longe disso, mas liberada. Vamos assistir a sua apresentação.

A SRA. HELOISA MARIA DE SALLES PENTEADO PROENÇA – Nós estamos com o nosso pessoal de orçamento. Reinaldo Santinho, por favor, levante a mão; a Talita, que é Secretária Executiva do Fundurb está aí para responder a qualquer pergunta que se faça e o Presidente da SP Urbanismo também, se for o caso, está presente. Perdoe-me, Presidente, mas com o MP não se se brinca. Permaneço à disposição a qualquer tempo. Voltaremos aqui todas as vezes que forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço a presença. Obrigado, Secretária.

Chefe de gabinete, eu preciso... Quem é o chefe de gabinete da Secretaria?

O SR. RICARDO NUNES – Quem vai substituir a senhora? Marcos Campagnoli

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Precisamos de uma representação na Mesa, o Marcos vem? Por favor. Campagnoli.

Secretário Penido, a sua exposição.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO – Eu tenho uma apresentação, se possível, por favor. Primeiro, boa tarde a todos. Agradecer a Câmara Municipal na figura dos Vereadores Jair Tatto, Ricardo Nunes, Rodrigo Goulart, Fabio Riva, Gilson; agradecer a todos.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO – Senhoras e senhores, é um prazer estarmos aqui apresentando um pouquinho da nossa Secretaria e também a nossa proposta orçamentária para o ano de 2018.

Próximo, por favor. Só colocando um pouquinho na linha do tempo, porque houve

mudança de nome, a Secretaria de Serviços e Obras foi inicialmente, em 1977, Secretaria de Vias Públicas e, em 2001, passou para Secretaria de Infraestrutura Urbana, incorporando Edif e Emurb. Em 2009, tivemos a cisão da Emurb em São Paulo Urbanismo e São Paulo Obras, ficando a São Paulo Obras vinculada à então Siurb e nessa gestão foi alterada a estrutura e o nome, passando a ser Secretaria Municipal de Serviços e Obras, estando vinculadas a ela: Convias, Edif, Serviço Funerário e Ilume.

Próximo, por favor. As nossas atribuições, dentro de projetos de obras, a implantação e a recuperação da infraestrutura urbana da Cidade; sistemas de drenagens; obras de artes; pontes e viadutos; sistemas viários; obras emergenciais, principalmente, acionadas pelas prefeituras regionais; emissão dos termos de compromisso e de autorizações, que são obras excedentes ou obras complementares, principalmente em grandes construções, que são os geradores de polo. Em Edif, construção e manutenção de todos os edifícios públicos, sejam eles de saúde, educação, cultura, os próprios municipais; todas as reformas e manutenção dos próprios estão subordinados à Edif e Convias, cuidando do ordenamento e do funcionamento do subsolo da terra e tendo o cadastro para que possamos ter com que as concessionárias de água, luz, gás possam ter e possam prestar o serviço que dela se espera. Ilumi. Todo o serviço de manutenção da iluminação pública da Cidade.

Próximo, por favor. SP Obras. Com gerenciamento e execução dos programas, projetos de obras definidos pela Administração, também sendo o apoio, o braço operacional das operações urbanas; outorga e gestão de serviços de mobiliário urbano às concessões; e também toda a contratação, supervisão e fiscalização das obras de concessão urbanísticas. E temos também, junto a nossa Secretaria, e que já foi objeto de uma audiência pública específica o serviço funerário municipal, com a prestação dos serviços e a gestão dos cemitérios públicos e do crematório da Vila Alpina.

Próximo, por favor. A proposta nossa teve as seguintes diretrizes: foi elaborada com as normas e princípios constitucionais e está em alinhamento com o Programa de Metas,

com o Plano Plurianual e o Plano Diretor Estratégico. Na definição das despesas, temos como destaque: o cumprimento da legislação, responsabilidade fiscal, prioridade à manutenção, isso é um ponto muito importante e muito caro para nós, na Secretaria de Serviços e Obras. A manutenção do patrimônio público, seja através das obras de arte, pontes e viadutos, seja através de todos os edifícios de saúde e educação, de cultura, todos os bens públicos que têm de estar em excelentes condições para poderem servir à população, assegurados os recursos para a continuidade de todos os trabalhos de obras das operações urbanas.

Aqui temos a composição do nosso Orçamento e na Secretaria, que têm: custeio e investimento em todas as despesas, 770 milhões; no Fundo Municipal de Saneamento, que são os recursos oriundos do contrato com a Sabesp, 180 milhões; Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito, 420 milhões, aqui contando com recursos da securitização; no Fundurb, que a Secretária Heloisa apresentou agora há pouco, os 52 milhões; e os recursos oriundos da Cosip, que é uma cobrança feita no fornecimento de energia elétrica, 355 milhões. Total da Pasta para 2018: 1 bilhão, 779 milhões, distribuídos na forma que veremos no próximo *slide*.

Por favor. Obras de drenagem, 417 milhões, sendo 212 milhões municipais ou fonte de Tesouro ou fonte de convênios externos, principalmente com os fundos de outorgas, com o Fundo Municipal de Saneamento; e federal e operação de crédito, 204 milhões. Operações de crédito envolvem, inclusive, recursos que estamos tentando obter junto ao BNDES e também louvar a aprovação feita aqui na Câmara Municipal para que o Executivo Municipal pudesse vir a tomar esses recursos. Nas obras de viário e obras de arte, 82 milhões, sendo exclusivamente de fonte municipal; mobilidade, temos 476 milhões de fonte municipal e 360 dentro das operações de crédito, aqui BNDES e Ministério das Cidades; iluminação pública, fonte exclusiva da Cosip, 355 milhões; e outros, que seriam as obras do Autódromo, obras da fábrica do samba, próprios, emergenciais, 52 milhões, totalizando 1 bi, 178 de fontes municipais, 585 através de recursos com Ministérios das Cidades e Ministério do Turismo, 585 milhões, num

total de 1 bilhão e 763 milhões.

Próximo, por favor. Principais ações da Secretaria: no âmbito da drenagem, das obras de combate às enchentes, grande parte dos nossos projetos vinculado a recursos de fonte federal. Nós, através do Município, colocamos os valores da contrapartida, dos valores não financiáveis e também do reajuste. Temos principais empreendimentos em que estamos atuando: o Aricanduva; o córrego Uberaba; Paraguai/Éguas, que é próximo à Ascendino Reis; o Ipiranga; córrego Cordeiro, esse é o único de todos que estamos citando que são recursos municipais; Zavuvus, Ribeirão/Perus, em fase de solicitação de recursos junto ao Ministério das Cidades; córrego Tremembé; córrego Paciência, programa de alagamentos que envolvem vários córregos na Cidade e outros projetos que, por óbvio, durante o ano vão sendo colocados, mas dentro da prioridade de combate às enchentes e todos eles estipulados e estabelecidos dentro do Programa de Metas.

Próximo, por favor. Essa é uma pequena amostragem, temos aqui o Aricanduva, conhecido de todos, onde estamos fazendo os reservatórios, são pequenos pôlderes, principalmente para o combate naqueles trechos em que a cota das vias está abaixo da cota do córrego.

Próximo, por favor. A segunda fase do ribeirão Aricanduva.

Próximo, por favor. Riacho do Ipiranga, obra iniciada agora em setembro, ele é também um contrato junto com o Governo Federal e que o trabalho eu gostaria de louvar toda a equipe do Santoro, Secretário-Adjunto, um trabalho junto à Caixa Econômica Federal, do levantamento de pendências, da adequação contratual, que nos permitiu liberar a autorização de início de obras junto ao Governo Federal. Destacar também um importante trabalho do nosso Prefeito João Doria junto ao Ministro Bruno Araújo para que pudéssemos ter a liberação e iniciarmos as obras no riacho Ipiranga.

Próximo, por favor. Córrego Cordeiro, como falei, de todas essas grandes obras, é o único que envolve recursos exclusivamente municipais. Estamos executando um piscinão de

53 mil metros cúbicos com previsão de conclusão para o próximo ano. Abril do próximo ano já teremos esse piscinão e podemos...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO – Terceiro piscinão, foram dois já inaugurados. Esse terceiro e último que conclui as obras do Cordeiro, Vereador.

Próximo, por favor. Córrego Tremembé na zona Norte. É importante dizer que no córrego Tremembé também estamos atuando junto com a Sabesp para que seja feito não só o combate à enchente, mas também a implantação do coletor-tronco para que não tenhamos o lançamento direto de esgoto no córrego.

Próximo, por favor. Mobilidade urbana, as obras de corredores e terminais. A mobilidade tem sido muito focada, é importante colocar, no transporte coletivo, privilegiando os corredores para que tenhamos um melhor atendimento da população que utiliza o transporte coletivo. Temos os corredores Leste, Itaquera 1 e 2; Capão Redondo; Radial 1, 2 e 3, três fases; corredor Aricanduva e o Itaim Paulista. E também atrelados a dois terminais, terminal Itaquera e terminal Itaim Paulista. Também é importante destacar que a grande maioria desses empreendimentos só está sendo possível ser executado porque estamos contando com o suporte do Governo Federal, que é responsável por mais de 70% de cada um desses contratos. Corredor Leste, obra em execução.

Próximo, por favor. O novo terminal tem até uma foto do projeto de como deve ficar o Terminal Urbano Itaquera.

Próximo, por favor. Corredor Capão Redondo, aqui pegando a zona Sul, pegando a Carlos Lacerda, terminal Campo Limpo, Estrada do Campo Limpo e já dentro da Avenida Francisco Morato, onde já há alguns trechos sendo executados em parceria com a SPTrans.

Próximo, por favor. Como falamos, é importante a questão da manutenção. Temos um importante projeto, que é a recuperação e o reforço de obras de arte, que são as pontes e viadutos. Junto com as empresas de engenharia consultiva, foram levantadas quais são as

principais obras de arte, que demandam uma atenção especial, que demandam uma recuperação. Dentro dessas 71, foi tirado um critério de criticidade dessas obras de arte e já temos 15 em fase de contratação de projeto executivo. É muito importante colocar que uma obra de recuperação, uma obra de manutenção de obras de arte em hipótese alguma pode ser feita sem ser precedida de um projeto executivo, onde se tenha todos os ensaios e efetivamente se verifiquem as ações necessárias. Não se pode simplesmente entrar e começar a fazer uma obra de arte sem saber o que vai se fazer, tem de ter um projeto executivo que oriente essas obras. Então, essas 15 já estão em projeto. E também temos o sistema viário importante: hospital Parelheiros, que é uma obra que está sendo acompanhada e realizada por Edif. Uma obra com previsão para maio do ano que vem. Pretendemos conseguir entregar em maio e terminando todas as obras em abril. Temos viário importantíssimo para podermos chegar no hospital; uma Área 40 aqui em São Miguel Paulista, um projeto da Fundação Bloomberg, que tem todo um novo conceito com relação ao funcionamento do trânsito; a ligação Pirituba-Lapa, preciso fazer algo, Vereador Fabio Riva? (Pausa) Temos aqui alguns amigos da Lapa que estiveram hoje de manhã conosco numa reunião, quando pudemos detalhar um pouquinho o projeto com eles. Há outros projetos complementares viários para melhoria do funcionamento do viário da Cidade.

Próximo, por favor, só para colocar, são algumas pontes nas quais pretendemos fazer o trabalho de manutenção e recuperação estrutural.

Seguinte, por favor. Aqui temos a SP Obras, à Mesa, junto conosco, temos presente o Presidente da SP Obras, Vitor Aly. A SP Obras tem, como função principal, a execução das obras de mobilidade, a execução das obras das operações urbanas e gerir todo o mobiliário urbano da Cidade, em parceria com a SP Urbanismo, que me informa com relação à padronização, com relação às necessidades e as carências para que todo o trabalho de gestão seja feito e orientado, dentro dos melhores atendimentos à população.

É uma empresa municipal vinculada à nossa Secretaria, criada em 2009, quando

da cisão da Emurb. Os objetivos, como já colocamos, são os programas e projetos de obras pela Administração, licitação, fiscalização e gerenciamento de outros órgãos, execução das obras definidas pela Secretaria de Licenciamento da Secretária Heloisa que falou agora há pouco, e outorga e gestão da construção do mobiliário urbano.

Próximo, por favor. Principais empreendimentos hoje em execução para a SP Obras: reforma de dois edifícios públicos, o Othon, onde a Giulia vai se mudar daqui a pouco. (Pausa) Já teremos lá a Secretaria da Fazenda num remodelado edifício Othon, toda a equipe da Giulia já vai estar agora, no final do ano, ou começo do ano que vem, lá.

Também o edifício Sampaio Moreira sendo reformado para a Secretaria de Cultura, é um restauro, inclusive; as obras de adequação do Autódromo de Interlagos; as obras de mobilidade urbano, como os corredores e terminais; e as próprias operações urbanas que tanto a Secretária Heloisa, como o Presidente José Armênio puderam apresentar. Seguinte, por favor. Aqui alguma foto do Othon, bem como do Sampaio Moreira. Ali o Autódromo de Interlagos, que poderá ser visto no próximo final de semana pela televisão, ou aqueles que estiverem lá para acompanhar a corrida de Fórmula 1. Um belíssimo trabalho, foi realizado pela equipe do Vitor esse ano, dentro do planejamento, dentro do prazo e com muita qualidade.

Próximo. Corredor Itaquerá que já mostramos, o novo terminal, foram feitos em conjunto por nós. Aí o terminal, a visão da obra concluída. Esperamos rapidamente poder chegar lá. Aí é a Operação Urbana Centro, a Praça das Artes.

Vamos em frente. Parque do Chuvisco, onde tem a demanda da pista de skate, junto com o pessoal da Associação Nacional dos Skatetistas, e também é um parque muito bonito que foi entregue agora no começo do ano. Teremos outra fase complementar a essa obra, dentro da Operação Urbana Águas Espraiadas.

Seguinte. A Chucri Zaidan, uma obra que está a todo vapor. Temos um filme, conseguimos colocar, só para mostrar a magnitude da obra. Se não fica uma apresentação muito densa. (Pausa) Deu falha? Não tem problema.

Vitor, algum complemento que gostaria de colocar com relação à SP Obras. (Pausa) Sim, a Operação Urbana Faria Lima, onde existem algumas outras demandas, principalmente com relação a Santo Amaro.

Aqui é um pouco mostrar a obra de readequação urbanística que uma Operação Urbana tem. Todos conhecem bem ali a região da Chucri Zaidan, um local com predominância de galpões industriais, muitos terrenos ociosos, em que, com esse novo viário, dá-se uma nova configuração, uma nova valorização. É muito importante colocar a importância do instrumento da Operação Urbana e a venda de Cepacs que o José Armênio e a Heloisa puderam falar um pouco quando mencionaram a Operação Urbana Água Branca, da adequação do valor do Cepac, porque o Cepac é o combustível. A venda de Cepacs promove a readequação e, a partir do momento que se tenha a readequação, estimula-se o mercado imobiliário. Esse estímulo do mercado imobiliário vem com novas obras, ou seja, é um processo ganha-ganha em que ganha a região, ganha a Cidade e ganha o desenvolvimento que é importante para todos.

Vejam aqui, é mostrado o tamanho dessa requalificação urbana, que vem lá desde a avenida João Dias até próximo ao lado do shopping Morumbi, criando uma nova configuração, com passagem subterrânea, que será num segundo momento, mas já no projeto de funcionalidade teremos 80% desse projeto entregue agora para a população. Obrigado Clayton. Isso para ter a noção do projeto que foi colocado.

Aqui a Operação Urbana Águas Espraiadas, Roberto Marinho também, um enfoque muito grande com as Habitações de Interesse Social. Esse tem sido o grande foco do trabalho, principalmente naquele trecho após, ali no Moraes Leme, com a manutenção dos terrenos e também a execução de Habitação de Interesse Social, conforme pode também pode ser visto nesse slide.

Próximo por favor, Operação Chucri Zaidan já visto. Operação Pirituba-Lapa, uma que vem, a ponte, o acesso viário Pirituba-Lapa é uma das ações dentro da Operação Urbana

Água Branca, que se pretende também, naquela região, dar um nova realidade, com readequação urbana, como também poder realizar o sonho de muitos anos dos moradores de Pirituba que é uma ligação direta com a marginal Tietê sentido Centro.

É importante colocar que temos o Piemonte Escritório de Empreendimentos para que tenhamos sempre como norte o planejamento, como norte o projeto executivo e a gestão financeira, para que todo e qualquer empreendimento, somente se inicie com todo o pensamento, com toda a equação definida daquilo que vai ser feito, em que prazo vai ser feito, como será a aplicação de recursos. Através do Piemonte há uma garantia muito maior da qualidade, e do melhor atendimento ao custo-benefício de cada um dos empreendimentos. A primeira obra feita com o Piemonte foi agora no Autódromo de Interlagos que resultou num sucesso que pudemos entregar, dentro dos valores previstos, e prazo pactuado, sem se falar na qualidade atestada pela própria FIA. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário. Já temos as inscrições, podem acender as luzes, por favor. Relator e Subrelator, partiremos para as perguntas?

O SR. RICARDO NUNES – V.Exa. que sabe, pode começar pelo Rodrigo, mas eu tenho perguntas demais aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ouvir o público, umas dez perguntas, depois V.Exa. Dona Socorro, Conselho do Idoso, Ricardo Gomes, Fábio Siqueira e Fernando Prata, Conselho Tutelar Vila Mariana. Deixe eu só passar aqui, enquanto a Dona Socorro se prepara. Temos dia 9, neste salão, das 10h às 14h, a 7ª Audiência Temática que compreende a Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo, a Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, a Prodam, a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, SMADS, Fundo de Assistência Social, Funcad, Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, o Fundo Municipal do Idoso.

No dia 11, próximo sábado, das 10h às 13h, é 12ª Audiência Pública, a 4ª Audiência Regional, região Norte-Noroeste, será na Prefeitura Regional da Freguesia do Ó-

Brasilândia, à rua João Marcelino Branco, 95, Cachoeirinha.

Dia 14, terça-feira, no salão nobre, nesse salão, a 13ª Audiência Pública, a 8ª Audiência Temática, com a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Habitação, a Companhia de Habitação, o Fundo Municipal de Habitação, o Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Fundo Municipal de Paques.

No dia 16, quinta-feira, das 10h às 12h, no salão nobre, Cultura. E também no salão nobre, das 13h às 16h, na mesma quinta-feira, 16, teremos Fundo Municipal de Iluminação Pública, autoridade municipal de Limpeza Urbana, a Secretaria de Governo Municipal, a recém-criada Secretaria da Casa Civil, a Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais.

Dia 17 de novembro, nesse mesmo salão, das 10h às 14h, a 16ª Audiência Pública, a 2ª Audiência geral.

Com a palavra Dona Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a todos. Nunca na minha vida fiquei tão decepcionada como com essa audiência de hoje. Infelizmente, porque o que falaram e estão falando se refere à zona Norte, à zona Sul, só que esquecem da periferia.

Itaquera, por exemplo, os senhores nem mencionam o nome. Esse Conselho Gestor, o que acontece, não existe lá em Itaquera. Existe Conselho Participativo, nós, da população.

Estou tão nervosa que só Deus sabe, me desculpem se falar errado. O complexo, nem é complexo, é Operação Urbana Jacu Pessego, aquela rua, o Fábio me ajuda.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Rio Verde e o Jacu Pessego. Por que os senhores não mencionam? Lá quando chuva há inundação monstruosa. E o Rio Verde também, que é de Itaquera, por que esquecem Itaquera.

Tem a favela Da Caititu, conhecida tradicionalmente, onde há mais de 40 mil

famílias, que ocuparam o lugar, tem Vila Ramos que construíram em cima do rio. Tem o Jacu, tem o morro, tem a Vila Nova, e os senhores não os enxergam.

Sabem quando é que a maioria vai lá. Só na época da eleição, porque a turma não se valoriza. Lá tornou-se um curral eleitoral. Fico indignada mesmo, porque o Jacinto é muito bom com cidadão e como médico, mas não como Prefeito Regional, pois até hoje, eu já o perturbei para caramba e ele nunca me atendeu no gabinete dele. E eu sou Itaquera!

O que está havendo com vocês? É estarrecedor, é vergonhoso o que está acontecendo. Não me refiro a todos, mas 80% aqui tem muito a desejar. Tinha esperança que o João Doria, estou falando eu, Maria do Socorro, pela linhagem Mario Covas, que respeitava os mais humildades, mas agora não. Ninguém não quer nem nos escutar, nem nos olhar, nem ouvir, nem respeitar. Sou do Grande Conselho Municipal do Idoso, eu tenho idade, mas não estou gagá não, estou nervosa para caramba. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Sra. Maria do Socorro. Ricardo Gomes, da Associação de Skate do Parque Chuvisco. Em seguida, o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. RICARDO GOMES – Boa tarde. Dona Maria do Socorro, queria parabenizá-la, independente de qualquer coisa, pelo seu espírito de luta, é isso que o Brasil precisa. Meus parabéns por sua atitude.

Mas tenho uma opinião contrária à da senhora em relação a essa Secretaria, particularmente quanto à SP Obras. Houve uma desapropriação há alguns anos atrás de uma pista de skate, que também era da comunidade, e havia perdurado por mais de dez – acho que 13 ou 14 anos – na Imigrantes, feita pelo Governo do Estado para construir o Centro Paraolímpico, que é uma causa justa. Na sequência, tivemos outra desapropriação pelo Governo do Estado para ser construído o pátio de obras dos trens do monotrilho Linha 17 Ouro, que também é uma obra necessária. Desculpe, a desapropriação de uma pista de skate, que também perdurou por 13 ou 15 anos.

O Estado deixou a comunidade do skate, na zona Sul, carente, órfã. Eu sei que o

skate, muitas vezes, é visto com maus olhos, mas, para quem não sabe, a partir de 2020, em Tóquio, o skate é um esporte olímpico. E temos a projeção de que o skate vá trazer mais de 12 medalhas. Se não nas próximas Olimpíadas, talvez na outra, vai ser o esporte que mais vai trazer medalhas para o Brasil. E isso reforçará esse espírito que a senhora tem, de dignidade, de luta, de brio, são valores que estão um pouco esquecidos na nossa sociedade.

Vim aqui, hoje, para fazer essa rubrica para que o Município de São Paulo, já que o Governo do Estado não cumpriu a com a promessa de nos devolver uma pista de skate, que parece uma coisa pequena quando se compara às obras de viaduto, pontes etc. e tal, mas acho que é certo. Então vim aqui fazer essa rubrica. Nós doamos um projeto para a SP Obras, com apoio da iniciativa privada, no caso, a Pug Skateparks, doamos um projeto conceitual para equipe do Dr. Vitor Aly e esse projeto já foi transformado em projeto executivo, como o próprio Secretário Penido falou que a SP Obras trabalha em cima de projetos executivos. E a gente vai fazer aqui a demanda de 1 milhão e 600 mil reais, para devolver essa pista de skate para a comunidade.

Para finalizar, Presidente, obrigado pelo seu atendimento desde o começo dessa missão, de coração. Eu reconheço, como munícipe, o seu empenho, o seu “proativismo” pelo Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde, população paulistana; boa tarde, Srs. Vereadores Fabio Riva, Rodrigo Goulart, Jair Tatto, Vereador Relator Ricardo Nunes; também saúdo o Secretário Penido; e não tenho como saudar a Secretária Heloísa porque ela se retirou.

P – Fábio, antes de você metralhar... A Secretária que aqui esteve, e cujos técnicos aqui estão.

R – Ótimo. Então espero que as perguntas de SDU sejam respondidas pelos técnicos.

P – Sim, o Ricardo compõe a Mesa aqui comigo. E eu diria que foi a primeira equipe que vem completa aqui.

R – Vamos às perguntas de SDU.

Qual a razão da dotação “requalificação de bairros centralizados” estar zerado, sendo que foi aprovado um milhão de reais, e nada foi empenhado? É a dotação 3352. Qual a razão de um projeto tão importante – difusão, fomento e pesquisas aplicadas para gestão participativa e desenvolvimento urbano –, para o qual foram aprovados três milhões de reais, em janeiro deste ano, estar nada executado até setembro de 2017? Por que será que a única dotação existente no Fundurb para o desenvolvimento urbano, uma dotação bastante importante, “requalificação de bairros e centralidades”, no valor quase de 12 milhões de reais, não tenha sido nada liquidado nos nove primeiros meses da gestão Doria? Queria também entender se essa dotação é somente para o Centro. Porque a Penha tem centro de bairro, São Miguel Paulista tem centro de bairro, Santana tem centro de bairro, Mooca tem centro de bairro. Então foi apresentado aqui a questão da ação central. E o centro de bairro das periferias e dos bairros tradicionais, Tatuapé, etc? Então é lamentável que esses 12 milhões de reais provavelmente não serão liquidados até 2017.

Falando um pouco sobre obras e infraestrutura: a situação, ao que parece, é até pior. A gente cansa de ouvir matérias de pessoas atropeladas. E a gente não vê a recuperação de uma dotação que já existiu para a construção de passarelas. Não é possível essa dotação ficar perdida na questão de reforço de obras viárias especiais. A cidade é cortada por dezenas de rodovias, estaduais e federais – região da Anchieta, região do Via Anhanguera-Bandeirantes. E tem pessoas que, infelizmente, e é errado, atravessam porque não tem uma passarela, e isso dentro do Município de São Paulo. E a dotação de passarelas fica perdida em outros assuntos nada correlatos.

Pela conclusão, gostaria de saber qual é a razão de as obras de ônibus não avançarem nesse ano. Eu fico triste, porque há cinco anos falam dos terminais e dos

corredores, que não saem do papel. Do Plano Viário Sul, de 76 milhões, nada executado. E, D. Socorro, o Projeto Nova Radial, vinculado à Copa do Mundo 2014, também zero execução. Então queria manifestar a minha indignação total. E também pelo Secretário Jorge, que não respondeu as perguntas de esportes para alguns municípes. Obrigado.

P – Obrigado, Fabio.

Tem a palavra o Sr. Fernando Prata, do Conselho Tutelar Vila Mariana.

O SR. FERNANDO PRATA – Boa tarde a todos e todas.

Eu queria agradecer a presença. Tentamos mobilizar a cidade para que nós pudéssemos ter uma participação e conscientização da importância desse momento para uma causa que é de extrema importância para a cidade de São Paulo. E desde o ano passado temos passado pelos corredores desta Câmara no sentido de mobilizar os parceiros que estavam aqui, os Vereadores, a Comissão de Finanças e Orçamento, a Secretária-Adjunta, a Giulia Puttomatti, o Ahmed Sameer Khatib, que é o Coordenador-Geral do Orçamento, no sentido de que a gente tenha uma conscientização do que ocorre e, de fato, o que é o Conselho Tutelar para a cidade de São Paulo. Nós somos 52 conselhos, e o ano passado chegamos à cifra de 39 milhões no orçamento, em função de uma série de requisições e de evolução no sentido da importância e de cumprimento da expectativa da execução orçamentária do Conselho Tutelar. Ocorre que tivemos empenhados 19 milhões. Secretária, é importante. Tivemos empenhados 19 milhões. Desses 19 milhões, foram liquidados 19, ou seja, não chegamos praticamente à execução orçamentária total nem de 50%. Isso significa, Srs. Vereadores de todas as legendas, que nós, como conselheiros, trabalhamos com todas as classes sociais, e todos batem à nossa porta. Isso significa que nós continuamos, ainda, num sistema em que a estrutura do conselho está em segundo plano. E o que foi executado praticamente cumpre determinadas partes do Conselho, que nos deixa em dificuldade. Temos o Tiradentes, que está numa situação vexatória quando tem problemas de enchentes, nós estamos com problemas de estrutura, estamos com problemas de serviço, de RH, de material

permanente de consumo, e, principalmente, agora, toda essa estrutura voltado em relação aos carros.

O nosso interesse aqui é que esse orçamento seja mantido – “Sim, podemos conversar, sim; estamos aqui”. Então que ele seja mantido, e que nós tenhamos um olhar direcionado para essa categoria na cidade de São Paulo que desempenha uma função de primeira importância devido à fragilidade dos serviços que deveriam existir e executados em rede, e que acaba desembocado no Conselho Tutelar na cidade de São Paulo.

Obrigado, senhores. (Palmas)

P – Também do Conselho Tutelar, da Coordenação da Comissão Permanente, o Wendel (?).. vários conselheiros se inscreveram, repito...

(NÃO IDENTIFICADO) – É, a gente pediu a retirada, Jair Tatto...

P – De alguns nomes.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não, de todos. A gente só deixou a conclusão para dois. E eu, para conselheiro tutelar do Jabaquara e da representante dos conselheiros tutelares, 52 conselhos, e o Fernando, pela explanação financeira.

P – Eu que agradeço a compreensão de vocês.

(NÃO IDENTIFICADO) – É que assim: nós vivemos mobilizados para debater a situação do conselho tutelar; mas, como houve alteração da data para o dia 16...

P – No dia 16, estaremos com todo o tempo necessário para vocês. Agradeço a compreensão.

Deixem só a Giulia Puttomatti...

(NÃO IDENTIFICADO) – No dia 16, em que horários?

P – Eu já comuniquei, mas eu repito para vocês: das 13h às 17h.

Vamos deixar, Giulia Puttomatti, que os dois representantes já coloquem a questão, e você já dá a resposta. Wendel (?), pode falar.

O SR. WENDEL (?) – A gente só quer deixar registrado a presença dos

conselheiros tutelares nessa audiência pública com relação à situação do orçamento do Conselho. Foi apresentado, creio eu, para esta Casa, um orçamento de redução dos conselheiros tutelares com mais de 11 milhões de reais a nível dos 52 conselhos, o que seria equivalente aos direitos sociais que foram pleiteados o ano passado, que, graças a Deus, e com a força até da Casa, que nos ajudou muito para que chegássemos a um denominador, não exatamente o que queríamos, mas chegamos a um denominador. Esses 11 milhões poderiam ser mantidos para a estrutura dos conselhos tutelares. Esse ano, na verdade, foi congelada a maioria dos orçamentos dos conselheiros tutelares para a parte de estrutura, e ainda continuamos com esse problema – conselhos tutelares sem carro, conselhos tutelares sem impressoras para exercer a sua função de trabalho. Então gostaríamos de deixar isso registrado, e também conscientizar os nobres Vereadores, os secretários presentes, para que, no dia 16, possamos “desempenhar esse orçamento”, e seja mantido, e que possa ser alterado, até para ser deduzido para a estrutura dos conselhos tutelares. E também para a formação de conselhos tutelares, que esse ano, infelizmente, não houve. Muito obrigado.

P – Sr. Joaquim José da Silva, Presidente da Associação Visão e Ação, Pró-Morar-Jardim São Luiz.

O SR. JOAQUIM JOSÉ DA SILVA – Boa tarde, senhores e senhoras; boa tarde à Mesa. Eu vim falar sobre o Córrego dos Freitas. Passaram vários córregos, mas não passaram o Córrego do Freitas.

Eu moro lá há 52 anos, e, realmente, na madrugada que chove, a gente vai carregando família, colchão, para depois retornar. Como representante, presidente de uma associação, a gente passa, a gente pede, mas o Poder Público nunca nos ouve. É promessa em cima de promessa. E agora o Prefeito foi lá, no tempo de campanha, para uma promessa de campanha, e disse que iria canalizar o córrego. Foi filmado. Ele falou: “Pode registrar: eu vou vir canalizar”. Então espero que essa promessa seja cumprida, porque dói você ver mais de 800 famílias, cada vez que chove, não poder dormir à noite. É triste. Nós vivemos assim lá.

São 52 anos sofrendo, pedindo, reivindicando, e não somos atendidos. Só que agora foi promessa. A comunidade carente votando, e depois não é atendida. Espero que o Prefeito cumpra o que nos prometeu para o Córrego dos Freitas. Eu vi vários córregos aqui, mas o do Freitas não foi falado. Mas vai ser cobrado, e nós vamos fechar a rua se for preciso, mas o Prefeito vai ter que cumprir essa promessa que fez. Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Tenho certeza de que o meu amigo, Secretário Penido, daqui a pouco vai dar uma resposta boa sobre o Córrego dos Freitas.

Quero passar a palavra à Secretária-Adjunta da Fazenda, Dra. Giulia Puttomatti, para que responda sobre a questão do Conselho Tutelar.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Primeiro, eu queria elogiar o trabalho que o Conselho Tutelar faz. Eu sou membro do Conselho do Funcad, por parte do Governo representante, e eu entendo que seja uma função crucial, essencial, e para dar dimensões práticas de qual essencial é o que vocês vêm pleiteando em termos de estrutura, sobretudo carros, motoristas, infraestrutura, enfim.

Na semana passada, em caráter extraordinário com a excepcionalidade aberta pela Secretaria de Gestão, em função de vários terem o mesmo entendimento, nós aprovamos o que vocês pleitearam em termos de veículos, em termos de motoristas. Se não me engano, era um valor considerável, dado, via-à -vis, o que tinha sido pleiteado. Muito bem.

Quanto ao total pleiteado para o ano passado, e o total eventualmente que vai ser negociado, e nós vamos, a dez mãos, pactuar, são realidades diferentes. Isso eu já mostrei desde a primeira audiência, e talvez depois fosse o caso de a gente conversar, estamos abertos para mostrar, que todas as secretárias tiveram cortes expressivos nas áreas de custeio e, sobretudo, investimento. Eu diria que no investimento não ficou ninguém de fora. Por quê? Porque houve o entendimento de que a gente não poderia deixar um orçamento irresponsável, fazer um governo, portanto, com base em um orçamento irresponsável. Portanto, todas as

secretarias tiveram que repensar, tiveram que nos dar alternativas para fazer um contingenciamento. Muito bem, nessa linha, as secretarias de prefeituras regionais, e as secretarias, sobretudo a de Direitos Humanos, que, na verdade, não é responsável pelo custeio de vocês, mas vocês atuam em conjunto com ela, em sinergia, que nós sabemos a importância do trabalho que vocês têm no Funcad, por exemplo, para o CMDCA, especificamente. Isso não é uma questão que o governo não esteja priorizando. Então é importante dar essa notícia, que eu não sei se chegou a vocês. Mas talvez o gabinete na Secretaria de Prefeituras Regionais ainda não tenha dado a resposta sobre o pleito que vocês fizeram; e a junta orçamentária financeira acatou a importância. Foi uma das poucas excepcionalidades que nós vimos, que isso tudo é analisado, isso tudo é avaliado, e existem critérios para se fazer a aprovação suplementar, digamos assim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Estamos em audiência pública, e, por princípio, temos de ter todas as falas nas notas taquigráficas, e só conseguimos fazer isso se falarem ao microfone.

O Presidente está aqui. Eu acho que não é o momento de se pronunciarem, mas é o presidente que decide.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Só para fechar: eu estou à disposição, a nossa assessoria está à disposição, as portas estão abertas, vamos conversar, não tem problema nenhum.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Até porque essa audiência não trata disso.

O SR. ENRICO – Enrico, Conselho Tutelar de Pirituba, Associação Paulistana de Conselheiros Tutelares.

Quanto aos dados que a senhora traz, nós estamos cientes de que está havendo corte da Administração Pública, em todas as áreas, mas, no caso do Conselho Tutelar, não foi

gasto nem 50% do recurso, e os conselhos tutelares estão em situação de calamidade, com todo o avanço que teve.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Enrico, mas isso foi colocado nas falas.

O SR. ENRICO – É porque ela trouxe que foi dialogado...

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Não, não foi dialogado, foi aprovado...

O SR. ENRICO – Então, foi aprovado algo que os conselhos tutelares não estão cientes. Então estamos solicitando, para não ter delonga, um momento, com urgência, com a Comissão de Conselheiros, para mostrar esses dados, e ver, antes do dia 16, que tanto o Conselho Tutelar, Prefeitura... Claro que isso aí é por lei, nós podemos requisitar, mas não precisa ser, podemos dialogar – o art. 136 diz sobre discutir política pública e orçamentária. Então podemos dialogar tranquilamente para que, no dia 16, tanto o Conselho Tutelar quanto a Prefeitura tragam para esta Casa uma proposta que dialogue com a realidade do Conselho Tutelar da cidade de São Paulo.

A SRA. GIULIA PUTTOMATTI – Concordo. No dia da audiência pública da prefeitura regional, faremos lembrança, e espero que vocês possam ir, para darmos o retorno; mas podemos responder quanto ao pedido, ao pleito orçamentário, agora, quanto à política, quanto à informação, mecanismo de informações de vocês, é com a Secretaria, que é a tutelar de vocês, teoricamente. Vocês estão embaixo do guarda-chuva das prefeituras regionais, eu não posso responder por audiência temática.

P – Na audiência regional de sábado próximo, na Freguesia, que é geral, pode também tratar dessa temática das subprefeituras, e, obviamente, dos conselhos tutelares.

Tem a palavra o Sr. José Luiz.

O SR. JOSÉ LUIZ – Boa tarde a todos, secretários presentes à Mesa, Vereadores, Presidente Jair TAtto, Secretário de Serviços e Obras, Sr. Marcos Penido. Mais uma vez estamos aqui, Comunicado do Jardim Lapena, colegiado de instituições do Jardim Lapena,

para defender a inserção do instrumento Plano de Bairro previsto no Plano Diretor Estratégico na última revisão, no PPA 2018-2021, como também no LOA 2017-18.

A inclusão do Plano de Bairro permite a consolidação de pequenas e médias intervenções. É um instrumento que ajuda a organizar as microdemandas urbanísticas dos bairros, sobretudo da periferia. Que a gente convive, vocês, do Poder Público, do Poder Executivo, o Secretário Marcos Penido também convive com isso, de muitas demandas de forma desorganizada. E o Plano de Bairro é um instrumento que pode organizar essas demandas. Na comunidade Jardim Lapena, nós estamos bem adiantados nisso, já passamos pelas oficinas participativas, estamos já na edição do plano, nessa luta para que o instrumento Plano de Bairro beneficie muitos bairros das periferias de São Paulo. Tivemos uma conversa também com o Vereador Ricardo Nunes, Relator do LOA, que também manifestou seu apoio.

Estamos na luta, em nome da Associação Comunitária das Mulheres da Vila Nair, Conselho Gestor da UBS Jardim Lapena, CCA Procedu Jardim Lapena, Sociedade Amigos do Jardim Lapena, Escola Estadual Pedro Moreira Matos, SOS Lapena, creches Jardim Lapena e Lapena 1, Fundação Tide Setúbal e Fundação Getúlio Vargas. Esse é o colegiado do Plano de Bairro do Jardim Lapena, defendendo a sua inserção no PPA e no LOA.

Muito obrigado. (Palmas)

P – Tem a palavra o Sr. Carlos Borel.

O SR. CARLOS BOREL – Boa tarde a todos e a todas.

O Zé Luiz, que é conhecido como Cometa, já falou do Plano de Bairro do Jardim Lapena, onde eu e todas as instituições estão envolvidas no projeto. O que é bom para o Lapena é bom para a gente, e estamos juntos nesse projeto. Com todas as organizações do bairro, montamos uma planilha junto com os moradores, junto com a FGV, para achar orçamento da cidade de São Paulo. Então a gente se organizou como instituição e em comunidade para achar a brecha do Poder Público, que é o pessoal que manda no dinheiro. Porque só uma entidade passar um ofício fica mais difícil. Então a gente, hoje, formou uma

comissão para o Plano de Bairro, que está aí e que a gente veste a camisa.

Eu sou morador há 48 anos do Jardim Lapena. E vou repetir: o que é bom para o Lapena é bom para mim. Vou falar: zona Leste, como diz a moradora de Itaquera, é o mesmo problema que a gente tem, e que é geral. O que o rapaz falou aqui, que estão sendo feitos piscinões em vários lugares, e eu acredito que esteja, mas não está resolvendo o problema da zona Leste. E não é só a zona Leste, não, na zona Sul e na zona Norte, se chover, enche.

Nós estávamos com o Presidente da entidade do Jardim Lapena, que está fazendo uma correria, que também é o primeiro a ser cobrado na nossa comunidade. Encheu de água, faltou alimento, perdeu tudo? Correm da gente. E nós estamos com esse Plano de Bairro para correr atrás. É onde tem a falha do sistema, e nós vamos entrar com a documentação. Beleza?

Agora eu vou falar, em nome do Conselho Participativo de São Miguel, as demandas que tem lá. E acho que os outros conselhos tinham que se fortalecer – Itaquera, zona Norte, todas. Nós estamos com um problema na UPA de São Miguel, que está parada. Já fizemos a demanda e já colocamos a documentação, e estamos com várias coisas pendentes lá.

O Prefeito Zé Marcos está com as portas abertas para a gente, mas eu acredito que, primeiramente, tem que fazer, que porta aberta todo mundo abre para gente, eu quero ver fazer.

O Conselho de São Miguel está aqui, junto com a Edenice e a Neide, assim como vários conselheiros que estão por aí e que a gente não viu.

Então o Plano de Bairro fica de espelho para as outras entidades. É uma junção de várias comunidades, que colocam no papel, junto com a FGV, que tem o conhecimento, que vai colocar a emenda.

Eu agradeço à bancada da Câmara. Olhem para o plano de bairro da gente, bem como todos os outros problemas, porque o orçamento do Estado de São Paulo tem que ser abençoado e bem distribuído para as nossas comunidades.

P – Tem a palavra o Sr. Sandro da Conceição, moradora de Capão Redondo.

O SR. SANDRO DA CONCEIÇÃO – Boa tarde a todos. O meu nome é Sandro, sou morador do Capão Redondo, e vou usar esse espaço para externar um pouco a decepção dos moradores do Capão Redondo.

Para nós é mais um ano perdido, é mais um ano que a Administração Pública da cidade de São Paulo não fez um trabalho para aquela comunidade. Um distrito muito carente, uma periferia abandonada. E a principal obra que nós temos na região, o prolongamento da Av. Carlos Caldeira e o Córrego dos Brancos. E de acordo com o que eu vi, ainda não tem solução para o nosso problema. Vai ter enchente, já está começando a ter enchente de novo, vão morrer pessoas. A gente não tem problema que as coisas sejam feitas no Centro, não, as operações urbanas, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, mas aqui já tem estrutura, as coisas no Centro já tem uma estrutura, embora não seja adequada, e na região do Capão Redondo não tem. Vocês não sabem o sofrimento que passamos para sair lá do Valo Velho, de lá de dentro do fundão para chegar ao centro de São Paulo para trabalhar. É até desumano. E, quando você chega a uma audiência dessa, você não percebe os problemas reais e sérios que têm os moradores da periferias, e que não são contemplados.

Srs. Secretários e Srs. Vereadores, por gentileza, e dirijo essa fala a esta Casa, que sempre esteve ao lado do povo da periferia, que faça alguma coisa, para que de alguma forma essa demanda do Capão Redondo seja contemplada no orçamento desse novo Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Anuncio a presença do Vereador Reis, peço que faça parte da Mesa conosco.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil e Everaldo Santos.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou presidente da Transforma São Paulo, que é uma fundação transformacional dos 27 ODS do desenvolvimento sustentável de São Paulo e também presidente da São Paulo Trabalho e Empreendedorismo, que é um organismo da

Unesco.

As nossas organizações, ambas internacionais e as municipais atendemos uma reforma de estado. Por quê? Hoje no Brasil, nos 5.850 municípios do país, 38% dessas cidades são paupérrimas. São cidades construídas para gerar meia dúzia, 20% de empregos e privilégios e cerca de 95%, 90% estão desempregados.

É preciso, vamos dizer, fundir e assim formar cidades fortes e autossustentáveis. E também reforma do repassamento, de repasse. São Paulo é responsável por quase 40% de repasse do Governo Federal do seu PIB, para o Governo Estadual e 12% para o Governo Federal. Precisa fazer uma reforma diminuindo, passando 20% para o Governo Estadual e cerca de 8% para o Governo Federal, porque nessa cidade que as transformações acontecem. Os munícipes procuram os Vereadores, procuram o Prefeito e procuram os prefeitos regionais. Com uma reforma dessa, a gente teria... Estavam discutindo hoje um orçamento de 150 bilhões para a cidade de São Paulo.

Além dos 40% que são repassados para o Governo Federal, os seus comparsas de bandolagem macabra vão roubar 30%, 35 bilhões da cidade de São Paulo. Só o dinheiro roubado que ele vai roubar até 2018 já daria para fazer o orçamento de 90 bilhões.

Mas, aqui eu concluo o seguinte; nós participamos de seis audiências públicas, tanto do PDE e da Lei de Uso e Ocupação do Solo. No PDE apresentamos uma tese da lei, das cotas de solidariedade. um proprietário de terreno tem até 10% para doar para a construção de interesse social. E na Lei de Uso e Ocupação do Solo, as cotas ambientais.

Eu queria saber se daria para entregar quantas cotas de solidariedade nessas operações urbanas. Apresentei um novo código de obras da cidade de São Paulo e as outras ações é que 85% da cidade de São Paulo é uma cidade insustentável, é uma cidade irregular. Os empreendimentos da cidade de São Paulo são irregulares. Para se conseguir instalar uma empresa na cidade ela demora quase um ano ou dois para conseguir um alvará. Um estado mais rápido é um estado que vá até o cidadão e não o cidadão vir até o estado, seria no

máximo cinco dias para a Prefeitura repassar o alvará para uma empresa de prestação de serviços comerciais, no máximo 30 dias. E também a regulamentação fundiária que debati nessas audiências públicas do PDE e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Eu queria saber como está o projeto de regulamentação fundiária aqui na cidade de São Paulo. Era o que eu tinha a dizer. Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Everaldo Santos. Em seguida o Sr. Eduardo Merheje Jr.

O SR. EVERALDO SANTOS – Pessoal, boa tarde. Boa tarde, plenária, boa tarde à Mesa. Meu nome é Everaldo, sou presidente da Associação Amigos do Bairro da Chácara Santa Maria. Ela fica dividida em dois distritos: Capão Redondo e Jardim Ângela. Também sou conselheiro municipal da prefeitura regional de M'Boi Mirim.

Estamos aqui hoje reivindicando que os Srs. Vereadores e secretários aprovem o orçamento para o planejamento da estrada do M'Boi Mirim, dali do hospital Jardim Ângela até o final. A população vive numa situação muito delicada, sofrendo muito, como vocês estão vendo. A população reivindica muito. Já reivindicamos muito, estamos num sofrimento imenso naquela região.

A população do M'Boi Mirim está em mais ou menos 700 mil pessoas. Temos sofrido muito com o trânsito caótico naquela região. a Estrada do M'Boi Mirim só existe até o Jardim Ângela. Do Jardim Ângela em diante ela não existe, é paralisada por buracos, como vocês podem ver na situação do dia a dia. Tem até cobertura do jornal essa situação caótica do M'Boi Mirim.

Quero ressaltar que tudo o que é feito por aquela região o povo é muito agradecido. Tínhamos um entrave muito grande na ponte do Capela, onde o trânsito parava no lago do Jardim Ângela até o Capela. O pessoal ia caminhando naquele pedaço todo até Horizonte Azul, Vera Curz, Capela, Vila Calu , etc. Graças a Deus, o prefeito anterior, o Prefeito Haddad fez aquela ponte, que foi um avanço muito grande, uma melhoria muito grande para aquela

comunidade.

Mas, hoje eu fico triste que no orçamento das principais obras da cidade de São Paulo não está o corredor de M'Boi Mirim. A comunidade tem lutado e reivindicado muito pelo prolongamento da estrada de M'Boi Mirim, até o final dela. Também a construção do terminal trimodal no Jardim Ângela, pois é muito pequeno. É uma luta muito grande, a comunidade reivindica muito, tanto o conselho municipal, como a sociedade civil e até agora não fomos atendidos.

Então, viemos aqui hoje pedir encarecidamente que o Governo, os Vereadores aprovelem, coloquem no orçamento de 2018 verba para a construção do corredor de ônibus M'Boi Mirim lá na zona Sul de São Paulo.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Everaldo.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Merheje Jr. Depois o Jocivaldo e Jair. Ainda temos oito inscritos e as considerações finais.

O SR. EDUARDO MERHEJE JR. – Boa tarde. Cumprimento todos da Mesa e vou abordar um assunto que interfere no nosso Secretário Penido.

Quanto aos reservatórios, o sistema de drenagem, que foi aqui exposto, fiquei um pouco confuso com relação à participação privada e a participação pública, sendo que no orçamento de 2018 Uberaba/Paraguai aparece com 27 milhões aproximadamente, mas sob lotação do Município. Então, Paraguai do TCM, do Tribunal de Contas do Município, que faz uma barreira que inunda o sistema viário da cidade principal vai tomar uma decisão agora. Mas, me fica um pouco de receio com relação ao projeto, porque eu estive em Siurb há dois anos atrás e esse projeto estava lá.

Mas, observei que aquele projeto eram tancões redondos, fechados, onde a mistura do esgoto e da água pluvial ocorria. O Plano Diretor é bem claro, será que o TCM, que gosta tanto de cumprir as leis orçamentárias, não poderia também cumprir as leis ambientais e

também as leis de acessibilidade? Ali, o fundo de vale maior é o Paraguai. Não, chama-se bacia do Uberaba. Uberaba não tem bacia nenhuma, quem comanda aquilo é o córrego Paraguai e começa atrás da igreja de São Judas.

Vejo também que resolver problema de esgoto em São Paulo, estou vendo gente pedir aqui para que seja canalizado o córrego. O maior crime que fizemos na cidade foi canalizar os córregos. Tínhamos que começar o tratamento de esgoto no planalto, no espigão. São Paulo é maravilhoso, ele define um espigão, está lá. Esgoto e água pluvial é gravidade, gente. Então, não é só começar a fazer a despoluição de jusante para montante. Tem que se começar também um trabalho de montante para jusante, separando essas águas como diz o Plano Diretor.

Agora, de repente se faz uma previsão de orçamento de 28 milhões, 27 milhões e chega lá na frente: “Ah, não vai acontecer, porque está contrariando o Plano Diretor.” é a segunda vez que vi isso acontecer. Espero que essa não seja a terceira, porque de repente fazer coisa errada para não fazer, também já estou bem esperto para perceber essa situação.

Então, pessoal, acho que tem que valorizar o saneamento e o transporte nessa cidade, porque mobilidade significa mobilidade da água também. A água tem que ter mobilidade, ninguém pode travar, porque ela escorre para o outro lado, para o vizinho. E o distrito de Moema precisa ter um pouco mais de respeito com os distritos que estão no entorno e não ficar só repassando enchente para os outros a-montante.

No Planalto Paulista tem enchente? Quem provocou isso? O próprio Tribunal de Contas, fazendo pôlders. Pôlder, o que é? Nada mais é do que uma barreira que segura a água no Planalto Paulista para que vá água no Jardim Lusitana, em Moema, que também não estão aguentando mais. o volume é tão grande.

Em 2002 consegui aprovar reservatórios ambientais que estavam até dentro da Cemi. A Cemi aterrou quatro metros onde é a Secretaria, quatro metros de aterro, foram aterrando. Os órgãos públicos só olham para dentro de si, não olham para fora.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas, não está no plano de obras.

O SR. EDUARDO MERHEJE JR. – Ciclovias? As ciclovias terminam a uma quadra do parque das bicicletas. O que é isso, gente? Pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Eduardo.

Tem a palavra o Sr. Jocivaldo Pereira dos Santos, em seguida, Dejair. Vou pedir que vocês compreendam os três minutos. São 20 para as seis da tarde e ainda há oito inscrições.

O SR. JOCIVALDO PEREIRA DOS SANTOS – Boa tarde a Mesa. Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Jocivaldo e eu sou conselheiro do Verde e do Meio Ambiente da subprefeitura da Penha e quero chamar a atenção desse plenário em relação a um assunto que não vi ninguém se preocupando, que é a recuperação das nascentes.

Eu acho que a questão da nascente é uma questão de prioridade, colocar no plano a priorização da questão da recuperação das nascentes. Um exemplo na Penha é que há 30 anos estamos trabalhando na questão da recuperação da nascente do córrego Ponte Rasa. Entra Governo e sai Governo e não sai do papel. Então, pedimos a esta Mesa e a esta comissão para que olhem para a questão da recuperação da nascente do córrego Ponte Rasa.

Outra questão é a regularização fundiária dos conjuntos habitacionais do CDHU, que faz os empreendimentos e larga, deixa lá sem ninguém ter o direito da tolerância do imóvel. Moro num conjunto que tem hoje 90 mil pessoas e existe um documento que se chama direito de uso do imóvel, que é um documento que não vale nada. As pessoas estão sendo despejadas, se deixam duas ou três prestações sem pagamento são retiradas e colocadas outras em seu lugar. Foi construído em 96 e até hoje não tem um equipamento público com sua regularização.

Também queria chamar a atenção para a questão – sei que não está nesta Pasta, já fui informado – da coleta seletiva da cidade, assunto que não se fala nesse Governo. Acho que a gente tem que ampliar a coleta seletiva para os 96 distritos da cidade para que as

nascentes sejam recuperadas de fato com o uso e ocupação do solo da forma adequada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Jair, depois José Figueiredo, André Rodrigues Alves.

O SR, JAIR – Quero cumprimentar todos e a Mesa também.

A minha reclamação, a minha reivindicação é referente a uma obra da CET inacabada.

Vou ler e depois entregar para o nosso Secretário; “Em resposta à área técnica responsável pela gestão operacional e de fiscalização, informa que se trata de obra de médio porte, com o objetivo principal da melhoria para o transporte coletivo o que envolve: alteração geométrica da praça junto à Avenida Antônio Cesar Neto, obra concluída; melhoria do traço geométrico da esquina da Avenida Maria Amália Lopes de Azevedo com a Avenida Paulo Lincoln do Valle Pontin, parcialmente concluída, aguarda retirada de poste da Eletropaulo; melhoria no traçado geométrico da esquina do CEU Jaçanã, na Avenida Maria Amália Lopes de Azevedo com a Rua Mario Lago, parcialmente concluída, aguarda retirada de poste da Eletropaulo; construção de ampliação de um pontilhão de ampliação existente próximo ao CEU Jaçanã, projeto executivo já elaborado aguarda início da obra civil; melhoria no traçado geométrico da esquina da Rua Ari da Rocha Miranda com a Rua Mario Lago, parcialmente concluída, aguarda a retirada dos postes da Eletropaulo. Informo ainda, que as áreas envolvidas da CET, estão tomadas, as medidas necessárias para garantir uma obra com segurança sem maior prejuízo e fluidez em conforto dos usuários – CET.

Essa obra ela começou, e ali temos um problema muito sério. São três bairros: Vila Nova Galvão, Joba Rural e Jardim Ebron. Essa avenida Mario Lago, ela dá entrada, tanto para a São Paulo, como para a Rodovia Fernão Dias, a qual, de manhã ninguém anda ali. O CEU esta na entrada e essa via é quatro metros. Vocês imaginam só: onde tem o rio, e ali era para ser feito a ponte a rotatória. E até agora nada. Amanhã, tarde e noite ninguém anda ali. Essa

questão que estamos aqui pedindo com a gentileza, gostaria que o nosso Secretário fosse pessoalmente para ver o problema que está acontecendo ali na nossa região, que é no Jacanã/Tremenbé. Fora essa, tem mais obras. eu comentei com os conselheiros gestores para cada um o que viesse trazer uma sugestão junto conosco. Creio que se empenharmos junto no coletivo, tanto zona Norte como zona Sul, como as zonas Leste, Oeste e Centro, vai ter melhoria. O que acontece? São Paulo cresceu desordenadamente. Os nossos rios era para ter peixes e árvores não vemos mais aqui em São Paulo. O que temos de fazer, imediatamente? Plantios de árvores urgentes. Daqui uns 20 anos essas crianças, essas crianças, essa geração não vai mais respirar o oxigênio. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado! Com a palavra o Sr. José Figueiredo.

O SR. JOSÉ FIGUEIREDO – Boa tarde a todos. Ano passado estive aqui, vou repetir, mais ou menos o que apresentei ano passado, sou aprovado do concurso publico da AMLURB – Autoridade Municipal da Limpeza Urbana da Cidade de São Paulo. A primeira pergunta aqui é saber o motivo pela qual não foi apresentado o orçamento da AMLURB já que estava na pasta, que foi confirmado, entrei em contato aqui com a Câmara e me confirmaram que ia ser falado disso hoje, eu junto com os colegas aprovados ai, viemos saber sobre o orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) –Teremos uma outra audiência que tratará da AMLURB no dia 16/11.

O SR. JOSÉ FIGUEIREDO – Isso seria a segunda audiência, mas se entrar no site da Câmara Municipal de São Paulo hoje está...

A AMLURB tem o quarto maior orçamento da Cidade de São Paulo, cerca de dois bilhões de reais, mas grande parte desse dinheiro, vai, literalmente, para o lixo. Porque não há fiscalização sobre esses dois bilhões de reais. Podemos ver que a varrição da Cidade de São Paulo está cada vez pior. Pior do que ano passado. E há somente 13 fiscais da Limpurb, que fazem a fiscalização por toda à cidade. Como se fosse essa mesa completa para atender toda

à Cidade de São Paulo. Há 73 fiscais só da parte de fiscalização aguardando nomeação. Não chamar eles, é um jogo perde, perde porque varias famílias depende das políticas públicas que poderiam estar sendo implementadas, e a receita da taxa de resíduos sólidos da saúde, por exemplo, ela fica a critério dos grandes geradores de resíduos sólidos hospitalares porque não há fiscalização in loco, isso aí atribuição exclusiva da AMLURB. Eles declaram a quantidade de lixo e a Secretaria da Fazenda homologa o valor da taxa que tem de ser recolhida. Então só esse valor dessas taxas ai, já seria o suficiente para chamar, pagar todos os aprovados que estão aguardando a nomeação do concurso, além disso, você não convocar ou chamar após alguns anos os aprovados tira a credibilidade total de algum concurso público da cidade, porque só do nosso concurso, por exemplo, têm pessoas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, até do Nordeste que passaram no concurso, e estão aguardando nomeação para mudar para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já fizemos audiência, já de gestão, que trata desse assunto das contratações. Não é o tema de hoje.

O SR. JOSÉ FIGUEIREDO – Sim. Estou englobando tudo a respeito da AMLURB. Sim. mas o que estava na pauta. O item 5 da pauta. Já que estou aqui, não quero perder a viagem. A questão é essa que o orçamento que foi solicitado pela Autarquia e aguardamos à aprovação da Câmara Municipal de São Paulo. Lá só tem comissionados trabalhando. Não há lei municipal que faça um tempo nessa porcentagem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Temos outros concursados aqui, aprovado em concurso pela AMLURB, quem é? O André? Isso.

Com a palavra o Sr. André.

O SR. ANDRÉ – Boa tarde a todos. Eu, assim como o colega que comentou agora há e os outros colegas que vieram, fomos pegos de surpresa por essa mudança. Porque fizemos a consulta para confirmar a AMLURB na pauta de hoje. Há pouco quando ficamos sabendo que não estava, consultamos o site da Câmara Municipal de São Paulo e ainda

consta AMLURB na pauta de hoje e do dia 16. Na agenda SPLeg é o item 5 da pauta de hoje. No dia 6 e no dia 16. A nossa ideia era enfatizar o que o colega comentou, a importância das nomeações dos candidatos, falando principalmente do orçamento que já foi solicitado que está na PLOA do ano que vem . é importante ser mantido, até para cumprir com a exigência que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo fez para o Sr. Prefeito, para apresentar um plano de fiscalização que faça ser efetivo o serviço de limpeza e das cinco empresas que foram obrigadas a ser contratadas para realizar esse serviço de coleta e limpeza urbana na Cidade de São Paulo, Mais uma vez quero registrar a tristeza e indignação por ter perdido a viagem aqui. Como os senhores não apresentaram nada sobre AMLURB e estava, realmente na pauta de hoje. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) –Na audiência de sábado próximo ela é geral. Pode ser tratada todos os temas, na zona Norte, Freguesia. Audiência geral também do dia 17, a última, a 12ª audiência pública e segunda audiência geral. Também onde serão tratados todos os temas. Fica o convite a todos que foram prejudicados nessa confusão de datas.

Com a palavra o Sr. Eliezer.

O SR. ELIEZER – Boa tarde a todos. Inicialmente quero mostrar aos senhores que essa aqui é minha. Esse aqui é o Córrego dos Freitas. O Sr. Prefeito João Doria, foi lá fazer campanha e prometer para nós que ia fazer córrego, e hoje vejo aí ele colocando dinheiro no Autódromo para vender depois. Para que isso? Tem de priorizar a vida. Lá no Córrego dos Freitas morreram muitas pessoas e vão morrer mais, estou esperando isso aqui, esse ano, novamente, porque toda época do Verão, é alagamento, enchentes de demais que acontece lá. Vereadores vão lá fazer campanha e prometer para nós. Estou como morador. Não estou aqui como assessor de ninguém não! Mas como morador. Essa é a minha casa. Era o que tinha a dizer para todos os presentes. Dá uma prioridade. Tira esse dinheiro do Autódromo. Deixa para o ano que vem. Prioriza a vida. A vida está em primeiro lugar. Gostaria que tivesse um filho de vocês só passando nessa enchente aqui, para ver o que os senhores iriam fazer com eles. só

isso que tenho para fala. Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra o Sr. Marcio Luiz as Costa.

O SR. MARCIO LUIZ DA COSTA – Boa tarde a todos. Vou me ater a três assuntos da região M'Boi Mirim, Campo Limpo - fui chefe de gabinete, lá, por quatro anos, subprefeito em um período – a respeito de alguma obras que foram ditas aqui: a canalização do Córrego dos Freitas, extensão da Carlos Caldeira Filho que inclui a canalização do Córrego Água dos Brancos, e a duplicação da Estrada do M'Boi Mirim do trecho, conhecido como menininha, até ao que se chama de fundão. Cruzamento com a Avenida dos Funcionários Públicos. São três intervenções que já existe projeto, orçamento, foi licitado, tem contratos, os contratos estão suspensos. Inclusive algumas suspensões rubricadas as últimas, acredito que nos meses de setembro, julho. Estou sem os dados aqui mais, elas existem. Provavelmente suspensos por questões orçamentarias. Não sei. Mas isso já vem ocorrendo,. O que nos afligem que são obras estruturais, muito importantes e não é de hoje. No Córrego dos Freitas residem mais de mil famílias dos dois lados. O Ricardo, Jair, deve conhecer. O Córrego dos Brancos não fica muito atrás e a duplicação da Estrada M'Boi se houve, de alguns anos para cá uma pequena melhora, uma amenização por conta da construção da ponte sobre o Rio M'Boi Mirim, no Jardim Capela e a implantação de algumas baias, porque esse trecho da estrada é duas vias só. Uma para quem vai e outra para quem volta. Aí vem os ônibus parava no ponto, travava todo o transito. Essas intervenções além da faixa reversível implantada em 2014, e alguma parte do transito que hoje se utiliza da Avenida Luiz Gushiken, que foi construída junto à canalização do córrego da ponte baixa amenizou um pouco a situação. Então hoje você não vê mais pessoas andando a pé do Jardim Ângela até o Fundão. Mas isso não quer dizer que resolveu o problem. Não vamos esquecer o problema da M'Boi Mirim. A minha questão, para ser mais objetivo. A somatória dessas três obras, pelos contratos em vigor, em torno de 386 milhões. Cronograma de execução, pelos contratos em vigor, 36 meses as três. Quer dizer, rodas elas são 36 meses. não sei como é o cronograma de execução, mas provavelmente, se

formos em uma conta justa daria uns 130 milhões, mais ou menos ao ano, levando se em conta que são três ano para execução.

Pergunto: em que situação se encontra esses contratos, qual a previsão? Se isso está na previsão de curto prazo para 2018, e levar aqui à comissão a importância, talvez de criar uma rubrica para cada uma dessas obras, solicitar ao relator, e também que isso conste no PPA. Até porque não é uma intervenção curta é de três anos, então tem de constar no PPA e saber aqui do Secretário em que situação, sei que está difícil. Sábado mesmo teve uma matéria sobre o Córrego da Mãe da Velha, que também é outro lado da região. Todos esses córregos, são córregos da Bacia do Morro do “S”, mas passa ano, entra ano e aquela situação perdura. É muito terrível. Eu presenciei no Córrego do Freitas uma casa desabar. Eu em um lado da margem, a casa do outro. A casa desabou. Uma cena indescritível. Só quem estava lá e vemos isso todos os anos. Então acho, não sei. Dizem que os bancos irá devolver o valor de um bilhão poderia usar 136 milhões em 2018 para iniciar, tocar essas obras. Não sei se é possível. Não quero me alongar e só deixar essa opinião.

Muito obrigado!

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado Marcio. Com a palavra o Marcos Nerois (?)

O SR, MARCOS NEROIS – Boa tarde a todos. Saúdo a mesa. Praticamente, minha intervenção aqui, poderia dizer, que foi meio que carteira batida pelo Marcio, porque isso é uma demanda que aflige nossa região. Sou morador do Campo Limpo, e aqui estou falando como membro da Dioceses de Campo Limpo, do Conselho de Leigos, do Laicado Diocesano de Campo Limpo, e uma das demandas que temos muito nessa região, é essas pautas que o Marcio bem colocou, mas gostaria muito de reforçar a questão do prolongamento da Carlos Caldeira Filho, estamos falando de uma região que atender não só o fundão da M’Boi Mirim, mas sobretudo a região do distrito de Campão Redondo que compreende no mínimo 200 mil

———
pessoas ali. Outra realidade que li aqui na apresentação do meu xará, o Secretário que vimos aqui a demanda da mobilidade vimos sarjetas e calçadas. Então temos uma realidade muito complexa na nossa periferia, que é a questão das nossas vielas dentro das comunidades. Cito um exemplo aqui muito prático, no dia de ontem, como membro da Dioceses, fomos fazer um trabalho de visitação na famosa região Vila Fundão, Av. Sabim, Campão Redondo, e visitar uma jovem, que infelizmente – não vou me ater na questão das delongas da problemática de da saúde dela – mas ela teve um derrame em uma parte do corpo, e ela mora em uma dessas comunidades da Avenida Sabim, Jardim Vera Cruz, da região do Capão Redondo, e só para adentrar, chegar, no local de sua moradia, no mínimo foi de três a quatro minutos descendo vielas e vielas, e aqui não vimos nenhum tratamento. Sabemos da problemática, sabemos da questão orçamentária, sabemos de como é lidar com essa questão das áreas ocupadas que são muitas vezes terrenos da Prefeitura do Município de São Paulo, do Governo do Estado, ou até federal. Mas queremos que olhasse com mais atenção nessa questão na medida do possível porque não vimos, em nenhum momento falar de calçadas e vielas, me permita o jargão, becos e favelas, da nossa periferia, sobretudo Capão Redondo, Campo Limpo. Sou morador do Distrito de Campo Limpo, mas precisamente do bairro Parque Ipê, e a gente vem trazer essas demandas, essas necessidades, aqui. muito obrigado!

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra a Sra. Neia Arantes.

A SRA. NEIA ARANTES – Boa tarde a todos. Minha questão aqui era a questão dos conselhos tutelares. Gosto muito de discutir o orçamento dos conselhos tutelares, mas não vou deixar passar, acredito que o Secretário pode falar da questão da operação urbana Água Espraiadas. Temos ali aquele empreendimento que está desde de 2009, se não me falha a memória, na Estevão Baião que era para ser entregue em setembro de 2013, e ele está parado ali. É um empreendimento com prédios, são três blocos ali, e até hoje, lembrando que esse empreendimento vem da operação urbana Águas Espraiadas que é Contrapartida da

Ponte Estaiada e o mesmo projeto é diferente do Edit, olha em o empreendimento do Edit! Que ficou pronta há muito tempo, uma coisa de auto, isso não existe no Brasil, esse empreendimento, não existe em canto nenhum, e a lá da Estevão Baião, que também está dentro ali do Campo Belo, e aquilo ali não existe como área de vulnerabilidade. Não temos isso. não está dentro do mapa da vulnerabilidade. Mas queria saber do senhor Secretário, a quando será entregue aquilo? Tem-se uma previsão? Quanto está, já custando essa obra que era para ser entregue em 2013, e o porque dessa demora? Isso prejudica muito aquela questão ali da região.

Outra questão que trago, a questão da pista de Skete. A pista de Skete era dentro do piscinão, tínhamos quatro quadras ali, e tínhamos o centro comunitário. Aquilo ali, e tínhamos o centro comunitário. Aquilo ali foi proposta nossa. Briga nossa dentro da comunidade. Em 2004, 2005, se não me falha a memória começamos a brigar. Conseguimos. Com a questão da obra o Metrô, linha 17 colocou o Centro Comunitário que está hoje quase que inutilizado, estamos tentando reativá-lo porque foi colocado e outra questão. Uma estrutura, completamente diferente daquilo que estávamos acostumados e existe uma questão seria ali que ninguém sabe quem é quem que controla, por questões até mesmo da questão espaço. E só temos duas quadras ali. A comunidade que já não tem quase nada ali de equipamentos esportivos, haja vista, deixar bem claro, agora que surgiu o parque lá do Chuvisco, porém, mesmo assim estamos falando de quadras que é livre para o publico, mas não temos nenhum equipamento, poderíamos ter um CEU ali. De qualquer forma aquela área é uma de vulnerabilidade, temos uma situação seríssima ali que é a questão de trabalho infantil, não só no Aeroporto de Congonhas mas em todos aqueles bares. Então deveríamos ter mais equipamentos voltados para atender aquela população criança e adolescente, e acho que todo mundo conhece aquela região muito bem ali, do Campo Belo e tal. então só queria mesmo voltado para isso. E a questão dos conselhos, no dia 16 estarei aqui, porque acredito ser necessário rever algumas questões de contratos. São os contratos que encarecem. Os

contratos, os contratados que encarecem a maior parte do orçamento dos conselhos tutares que vai para a questões jurídicas. Precisamos pensar sobre isso. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Neia. Passo a palavra ao Sr. Mateus Bueno.

O SR. MATEUS BUENO – Primeiro só queria lembrar que as audiências públicas, elas tem uma finalidade de participação popular. É um instrumento de participação popular e um instrumento garantido constitucionalmente, e com isso, quando a gente – voltando a essa audiência específica – seu horário acontece as 15horas, horário ruim para quem são das secretarias, porque apesar de estarmos a trabalho, vir aqui defender as empresas, e defender a secretaria, tratar do orçamento, tem de ser um direito garantido. O trabalhador precisa participar como cidadão. Também estou como um dos conselheiros eleitos, conselheiro administrativo da São Paulo Obras, estou aqui exercendo o meu dever, porque respondo com o meu CPF pela boa gestão da empresa pública. Preciso estar aqui e esses horários três da tarde é um pouco ruim para nós. Mas a gente vem e participa porque é um dever nosso, dever de cidadania. Gostaria de fazer duas perguntas, retomando essa, já que é uma audiência sobre o orçamento, não vi, nenhum número, nenhum dado de orçamento de fato, como foi apresentado pela SMU. Eu senti falta dessa apresentação de números e de dados que vão de orçamento da Secretaria para o ano de 2018.

E uma questão intrínseca dentro da questão de orçamento, e aí falando da empresa, eu gostaria de entender por que o contrato de cooperação foi retirado, a cooperação entre Secretaria e empresa, que é específica de orçamento. Vai haver alguma ação de defender ou de fazer manutenção com esse recurso que retirado da cooperação entre empresa e Secretaria?

Basicamente são esses dois itens. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Vereador Reis quer se pronunciar, em seguida o Subrelator, Vereador Rodrigo Goulart, o Relator, Vereador Ricardo Nunes, em

seguida as respostas dos senhores representantes do Governo.

O SR. REIS – Boa tarde a todas e a todos. Quero cumprimentar aqui todos os integrantes da Mesa na pessoa do meu colega, Vereador Jair Tatto, também os Vereadores Goulart, Reis, porque ele é Reis também, Vereador Ricardo Nunes Reis, e os integrantes, os representantes do Governo, representando os Secretários, Secretários Adjuntos, Chefes de Gabinetes.

Eu, Presidente Jair Tatto e Relator Ricardo Nunes, em nome da família Reis, peço para V.Exa. dar uma atenção dentro da peça orçamentária em tudo que foi dito aqui, mas, também, essa questão do Córrego dos Freitas. Quero reforçar porque nas chuvas de dezembro de 2016 eu estive lá no momento das enchentes e vi aquelas famílias desesperadas, dois metros de água na casa delas, cobras, sapos entrando. Aquelas crianças desesperadas, chorando, aos gritos. Então é uma situação que demos que dar resposta, a Câmara tem que dar resposta. O Prefeito foi lá um mês antes das eleições, foi lá e falou: “Eu vou ser eleito ed vou fazer essa obra”. Já passei e vou passar o vídeo novamente no plenário para que todos tomem conhecimento da palavra do Prefeito João Agripino Doria. A palavra do prefeito tem que ser honrada, não pode falar uma coisa e depois não fazer.

E conversando com os Secretários, ele falaram: “Nós até queremos fazer a obra, mas tem problema da habitação, porque tem centenas de famílias que moram ao lado do córrego e precisam ser removidas”. Mas, então, que no orçamento tenha recursos para que essas famílias sejam removidas. Tem terreno ao lado do condomínio Gran Prix, que foi desapropriado na gestão do Prefeito Haddad, terrenos ao lado da antiga Sharp, para que esse projeto fosse feito e seja realizado. Inclusive foi licitado, tem empresa ganhadora. O Santoro falou para mim que vai ter que fazer novos procedimentos, mas a luta nossa por tudo aquilo que foi falado, mas, também, para essa questão do Córrego dos Freitas. E tem outros córregos, como o Córrego dos Brandos, o Córrego da Moenda Velha, que precisam também ter uma rubrica para que a Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Obras possam promover as

intervenções naquela região. Tem as obras como o prolongamento da Carlos Caldeiras até M'Boi Mirim, que faz parte do viário sul, duplicação da Estrada do M'Boi Mirim, obras que as pessoas já fizeram passeatas, andaram quilômetros a pé, os moradores ali, lutando por aquelas obras e a gente espera que, obviamente que mude o Governo, mas que haja continuidade. É verdade que o governo anterior avançou bastante na M'Boi Mirim, foram feitas as duas pontes do Jardim Capela, foi feita a ponte do Jardim Aracati, foi feita a obra da ponte Baixa, avançou bastante, mas precisa avançar e avançar mais é promover a duplicação da Estrada do M'Boi Mirim, é promover o prolongamento da Carlos Caldeira até a M'Boi Mirim, é construir o terminal de ônibus, que tem a previsão lá próximo da Menininha, fazer a canalização dos córregos, o alargamento da Agamenon, o alargamento da Estrada da Riviera, alargamento da Estrada do Guarapiranga, são todos pleitos de muitos anos que a população vem lutando por aquela região.

Quero reforçar aqui, inclusive vou ter uma reunião agora com o Vice-Presidente desta Casa, Vereador Eduardo Tuma, meu colega, meu colega Vereador, também junto com o Sr. Bruno Covas, eu quero novamente tocar nessas questões pedir que o Relator e essa Comissão de Orçamento possa... Eu não quero dizer que vai ser feito tudo de uma vez, porque às vezes falam: “Não vai fazer em um ano”, mas que comece, que cada ano seja feita uma parte e ao final do mandato, se não tivermos 100% pronto, que tenhamos pelo menos 50%, 70%, 80% pronto dessas obras e a população vai estar em uma condição melhor do que esta hoje.

Muito obrigado e muito obrigado aos meus colegas Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Até por economia processual, para não ter que fazer ofício para lá, responder para cá, eu vou fazer um questionamento agora e talvez a gente possa liquidar para não ir tanta papelada. Nós recebemos, Secretário, uma correspondência do Tribunal de Contas do Município, como já ocorreu durante a apresentação da LDO, e durante a

apresentação da LDO o Secretário Caio Megale fez a justificativa durante a audiência pública que foi a contento da Comissão de Finanças e a gente fez a alteração da meta. Então, se não se sentirem confortáveis de responder agora pode mandar o documento depois, mas só para a gente agilizar. Em síntese o documento vocês devem ter recebido lá, mas ele fala aqui com relação a auditoria do projeto de lei anual, tem o número do processo, referente ao exercício de 2018, com andamento na Coordenadoria 1, porém, uma análise inicial já indicou três pontos que demandam a ciência imediata da Câmara Municipal de São Paulo de modo a prover maiores subsídios ao processo e aprovação da Lei Orçamentária Anual. E aqui ele fala basicamente fala com relação a alteração das metas fiscais. Ele, em síntese, diz: “conclui que a revisão das estimativas das metas fiscais para 2018, em que um superávit primário de 1,16 bilhões se transformou em um déficit de 1,56 bilhões e não está devidamente justificada”. Isso é o que fala o Tribunal de Contas do Município. Eu já vou lá para o final. Conclusões – após várias folhas –: “Por todo exposto, concluímos: 1 – Alteração das metas para o exercício 2018 não está devidamente justificada; 2 - O projeto de Lei Orçamentária concede ampla discricionariedade ao Executivo para promover alterações no orçamento de 2018; 3 – Não consta do Projeto de Lei Orçamentário a codificação orçamentária necessária para a elaboração completa do demonstrativo de despesa com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal” – isso aqui é com o Paulo Uebe e a gente vê depois.

Mas, Secretário, porque eu estou aproveitando a oportunidade de estar aqui a Fazenda e o senhor? Porque o grande argumento com relação a alteração da meta fiscal é fazer o uso dos recursos que estão nos fundos, nas operações urbanas. Conforme aconteceu já na LDO e agora no Orçamento, a Prefeitura pede alteração da meta fiscal alegando que tem que fazer uso do recurso que está na operação urbana, então você diminui a meta fiscal e de um superávit passa para um déficit de 1,6 para um déficit de 1,5.

Então, se você estiver confortável para responder agora se a Prefeitura efetivamente for gastar o recurso que está lá no caixa com relação às operações urbanas

justifica eu, como Relator, acatar a solicitação do Executivo ou, se não tiver, o Presidente não quer, mas se houver uma justificativa plausível evidentemente a gente contrapõe o que pede o Tribunal de Contas. Mas, só para entender que é uma matéria delicada. Alteração de meta fiscal é algo que incide em responsabilidade do ordenador de despesa da alíquota fiscal, então, se vocês estiverem confortáveis para falar agora eu agradeço. Ficam nas Notas Taquigráficas para analisar. Se não estiverem confortáveis para analisar agora, poderemos receber depois algo por escrito.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO – Vereador, da parte da Secretaria de Obras, nós não temos nem competência para responder com essa entonação a meta fiscal que é a da Secretaria da Fazenda.

O SR. RICARDO NUNES – É que ele amarra na questão - talvez fosse mais de licenciamento – da execução do recurso que está disponível das operações urbanas.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO - Mas, acredito que junto com a Fazenda possamos dar prosseguimento.

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI – Só para fazer um entendimento, o sistema Diálogo, que é o nosso sistema junto ao Tribunal de Contas, recebemos, da mesma maneira que vocês receberam, no sistema hoje.

A Supom, que é a nossa subsecretaria de planejamento orçamentos municipais estão analisando essa questão do superávit. Eventualmente tem que ser esmiuçado, tem que ser esclarecido e a questão das rubricas de pessoal, que acho que é uma solicitação que já vem de outras solicitações e ficamos acordados entre nós que vamos abrir na medida do possível com a maior granularidade possível por parte de todas as secretarias.

Mas, neste momento, agora, não podemos responder com uma tabela ou com uma resposta a contento. Imagino que nos próximos dias, isso é um compromisso da Secretaria da Fazenda.

O SR. RICARDO NUNES – Secretária, mas o pedido de alteração como

basicamente se fundamenta no argumento de que vai utilizar os recursos das operações urbanas, a Prefeitura vai utilizar em 2018? Podemos fazer alteração com tranquilidade das metas fiscais que vocês vão utilizar o recurso?

A SRA. GIULIA DA CUNHA FERNANDES PUTTOMATTI – Existe o recurso que, no caso das operações urbanas, não dependa da arrecadação própria e nem da capacidade tributária própria do Município. Então, dadas essas ressalvas, é por isso que ela está aparecendo de maneira conservadora como eventualmente não sendo um recurso certo. Mas, não podemos de fato ser irresponsáveis em garantir uma coisa que não depende necessariamente apenas da arrecadação própria da Fazenda.

O SR. RICARDO NUNES – Eu teria muitas perguntas a fazer, mas devido ao adiantado da hora, vou me ater aos pontos principais.

Secretário Penido, não sei se o senhor fica de vez em quando assistindo a TV Câmara no canal 7, eu acho que não. Se o senhor assistisse a TV Câmara iria ver minhas falas com bastante constância no Plenário elogiando V.Exa. Tenho profundo apreço e fiquei muito impressionado com a reunião que fiz com o senhor, com a sua dedicação e agilidade. Tem um timão, que é o Santoro, trouxe um leão lá, quase não entende nada das coisas, então, é uma revelação, não é? (Riso)

Agora, isso tem um peso, quer dizer, não tem justificativa para as coisas não acontecerem, porque o time do senhor e o senhor são muito bons e isso aumenta a nossa expectativa. Temos questões para colocar sobre o córrego do Freitas. Há muitas demandas na sua Secretaria e eu pediria, Secretário, o senhor até passou um *slide* com algum detalhamento das ações.

Mas, se pudéssemos contar com vocês para detalhar um pouco mais a questão orçamentária com relação àquilo que efetivamente será feito com os recursos, ficaríamos bastante satisfeitos. Fico muito tranquilo em pedir a vocês, pois têm tudo de uma forma impressionante dados bastante tranquilos.

Então, se pudéssemos trabalhar, Santoro, para poder detalhar bem as ações, que são de fundamental importância. Se pegarmos, por exemplo, a questão que o senhor colocou que há 80 milhões nas obras de arte, 82 milhões, que é da Fonte 00, se pudermos saber quais são efetivamente as intervenções, acho que podemos dar uma contribuição. Estiveram representantes da saúde, que apresentaram algumas UBSs justamente nos bairros que mais têm UBSs e deixam de pôr UBSs nos bairros que não têm.

Então, a Câmara vai dar uma contribuição, inclusive para dar esse panorama. São 55 Vereadores que estão ali em cada bairro, em cada canto, que conhecem cada situação. Então, utilizem dessa *expertise*, dessa vivência dos Vereadores nos bairros, ainda mais na área de vocês, que existem aquelas obras tão importantes: corredor, viaduto, ponte, canalização, drenagem, essa coisa toda.

Queria pontuar algumas questões. No item 1095, Secretário, tem uma previsão de 75 milhões para a construção de terminais de ônibus. A pergunta que eu faço e que não é só minha, mas de outros Vereadores, pois sou Relator não somente para mim, mas para a Comissão de Finanças e de todos os Vereadores, é: se votamos e aprovamos a concessão dos terminais, o que justificaria 75 milhões para a construção de terminais de ônibus se aprovamos a concessão de todos os terminais?

Outra questão que até teve um município que abordou aqui é sobre a questão do Autódromo de Interlagos. Estão previstos 55 milhões. Se iremos fazer a privatização e conseguiremos arrecadar um valor a ser revertido em obras da Cidade, por que gastaríamos mais 55 milhões em 2018 no Autódromo de Interlagos, se ele está com o projeto aqui nesta Casa de privatização?

Outra questão é sobre o 1099, construção de corredores de ônibus, 125 milhões. Se pudesse detalhar quais corredores irá atender, se pudéssemos ter um detalhamento melhor, bem como as intervenções no sistema de drenagem, 233 milhões. Aqui já tem alguns, mas com 233 milhões imagino que dê para fazer muitas obras de drenagem e não somente as

que estão aqui, inclusive da zona Sul, duas, até eu e os Vereadores Jair Tatto e Rodrigo Goulart conversamos um pouco antes sobre isso.

A questão do córrego Zavuvus, na rua da Coca-Cola, a obra está parada, com tapume e parada. Aquela empresa, FBS, não sei se vou cometer uma indelicadeza, mas a experiência que tive com essa FBS é muito ruim com a obra que fez numa situação no Jardim Marajoara. Pode ser que nesse caso específico não seja culpa dela – e não deve ser – mas, é uma situação, Secretário, que não justifica que fique parado tanto tempo. Até sei que o Rodrigo esteve em Brasília vendo essa questão, mas além de a obra estar parada, está interditando uma avenida importantíssima que liga a Nações unidas, que liga todo o bairro do Jardim Marajoara com as Nações Unidas com um tapume, a obra paralisada por conta da continuidade da questão da obra do Zavuvus. A do Cordeiro está andando bem, está caminhando.

Tem outras dotações, na 1099, construção de corredor de ônibus, 32 milhões. Enfim, eu não quero me esticar tanto por conta do horário. Secretário, se o senhor pudesse depois determinar ao Santoro que nos passe as informações do detalhamento, eu lhe agradeço. Ele é muito gentil, as poucas vezes que liguei rapidamente atendeu, é muito prestativo. Mas, estou com o tempo curto para fazer o Orçamento e precisaríamos ter a colaboração de vocês para fazer os detalhamentos e eventualmente as contribuições necessárias.

Aproveitando, já embalando, tem a questão da Secretaria de Licenciamento, pois aí já respondem tudo, Presidente, e eu passo a bola. Temos na atividade 2100 um aumento considerável com relação à administração de unidades. O Secretário justificou, pois uniu a Secretaria de Desenvolvimento Urbano com a Secretaria de Licenciamento, mas no item 2171, manutenção e operação do sistema de informação e comunicação, são previstos 23 milhões. É muito dinheiro para essa área, precisaríamos tentar entender o que efetivamente vai ser gasto, 23 milhões para a área de informática, se foi executado esse ano um milhão e 800. Gastar 23

milhões precisaria necessariamente, Secretário-Adjunto, que o senhor nos desse algum esclarecimento, ainda mais em se tratando da Fonte 00.

Antecipo que todas as secretarias que passaram por aqui nós fizemos cortes, porque não houve justificativa plausível com relação aos gastos excessivos, principalmente se for com a Prodam. Já tem aqui desenvolvimento de sistema de informações geográficas do município nº 3408, 298 mil reais, como o Secretário bem explicou, que é importante melhorar a questão da informatização, do GeoSan.

Então, basicamente é isso. Secretário Penido, só mais uma coisa: temos um problema grave com relação à questão de espaços que são alugados pelo Município. Na Comissão de Finanças, liderada aqui pelo meu Presidente, fizemos um trabalho árduo verificando vários contratos de locação.

A Secretaria da Fazenda também fez um trabalho enorme com relação a isso, mas tem algo que em particular me incomoda muito, Secretário, que é a questão da Prodam. A Prodam gasta 430 mil reais por mês na Francisco Matarazzo, estava na Avenida Ibirapuera, num prédio próprio, sem pagar um centavo de aluguel e foi para uma avenida, um prédio chique sem necessidade, pois não tem serviço de balcão, viu, Santoro? Não precisa ter balcão, tanto faz. E agora, como o senhor apresentou aqui que tem um prédio em que a Giulia vai. (Riso) Podia anunciar aqui que podia levar a Prodam para lá também, porque o senhor vai economizar.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – A Giulia já vai para o prédio novo lá? Qual é o prédio, Santoro? Como é que é? Antigo Othon, eu acho, Secretário, que se o senhor desse uma notícia de que vai levar a Prodam para lá, vai economizar 430 mil por mês de aluguel. Dessa forma o senhor daria um ganho para a cidade e vai deixar o Prefeito feliz da vida. Imaginem o João Doria com aquele sorriso assim se o senhor falar isso para ele? É uma sugestão, porque realmente a Prodam esteve aqui em 2014, 2015 e sempre alegando que queria ir para outro

imóvel com aluguel mais barato. Como também temos a autarquia hospitalar municipal, quase 500 mil reais, não é o caso aqui, não daria para colocar junto. Mas, acho que talvez a Prodam desse para encaixar lá.

Enfim, Secretário, é isso. Deixar com muita sinceridade a minha felicidade de tê-lo como secretário e a minha boa impressão. Das poucas vezes que falei com o senhor tem demonstrado um carinho por São Paulo e por ter montado uma equipe maravilhosa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Finalizando um pouco, o Vereador Rodrigo Goulart declinou, certamente terá um trabalho árduo pela frente. Pois não, Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Pode ser agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode ser.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom, primeiro agradecer ao Presidente e ao nosso Relator por me designar sub-relator desse importante tema para a cidade, de serviços e obras e também um tema que eu não conheço muito a equipe que está à frente dessa secretaria, só um pouco e eles também me conhecem um pouco.

Só para complementar o que o nosso Relator falou, o nosso trabalho de parceria nessa relatoria e sub-relatoria, ele comentou sobre o córrego Zavuvus. Atuo muito em cima desse problema, que sofremos no dia. Eu, o Vereador Jair Tatto e o Vereador Ricardo Nunes, pois é o nosso caminho da roça. Então, todos os dias passamos por essa obra. Queríamos passar por cima da obra, mas infelizmente não está dando.

Eu, junto com o Santoro e toda a equipe dele e também com a equipe do gabinete do meu pai, o Deputado Goulart, estivemos em Brasília e fomos atrás das informações e fomos bem informados de que infelizmente o TCU travou essa obra por mudanças nos projetos. Mas, tenho certeza de que o Secretário me informará melhor.

E também para complementar, sou a favor desse pedido de detalhamento que o Vereador Ricardo Nunes fez. Tenho certeza de que o Santoro e a equipe rapidamente

conseguirão nos informar.

Mas, quero também falar sobre esse questionamento sobre a informática. Eu e o Vereador Ricardo Nunes fazemos parte da CPI da Dívida Ativa. No início dessa CPI, que inclusive teve um resultado muito importante para a cidade, uma das primeiras empresas que chamamos aqui foi a Prodam. Temos assustadoramente um bom valor da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e também da Secretaria de Obras, um valor alto, graças a essa questão da informática. Então, queríamos saber principalmente desse valor maior da Secretaria de Urbanismo, o porquê desse valor e se a Prodam tem atuado nessa atualização de sistema e qual tem sido o papel da empresa.

Presidente, essas são as minhas observações. Agradeço e parablenizo o trabalho das duas secretarias.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, tenho certeza de que o Vereador Rodrigo Goulart, pelo seu conhecimento, fará um grande trabalho na sub-relatoria e na relatoria dessa Pasta. Aqui percebemos que predominantemente os casos colocados são da zona Sul. Então, não tenho dúvida de que será feito um trabalho conjunto com o Relator.

Anuncio que na próxima quarta-feira teremos, às 10 horas, a audiência pública dos PLs: 618/2015, do Vereador Wadih Mutran; 008/2017, do Vereador Mario Covas Neto; 074/2014, da Vereadora Edir Sales; 609/2008, do Vereador Zé Ferreira e este Vereador; 478/2017, do Vereador David Soares. Só para avisar que todo projeto que estamos pedindo audiência pública é de pedido de isenção, tirando dinheiro. Então, aqui 80% dos projetos são de isenção disso ou daquilo. Vivemos preservando de um lado e tentando do outro.

Passarei imediatamente a palavra ao Secretário Penido, que se entender que deva estender a resposta a alguém, fique à vontade.

O SR. MARCOS RODRIGUES PENIDO – Obrigado, Vereador Jair Tatto pela palavra. Queria também agradecer ao Vereador Ricardo Nunes e ao Vereador Rodrigo Goulart pelas palavras e agradecer também ao apoio. O Vereador Ricardo é uma presença do senhor

na Secretaria, todos os nossos contatos têm sido de muita valia, eu agradeço muito e também sou muito grato pela deferência com que sou tratado por V.Exa. Fico muito honrado, eu e toda a nossa equipe.

Queria dizer que não só o Santoro, mas temos uma equipe realmente à disposição para trabalhar. Temos aqui, cuidando da área financeira o Marcos e o Clayton, que estão totalmente abertos ao senhor e ao seu gabinete, como a toda a Câmara para prestar esclarecimento e todo o detalhamento daquilo que for preciso. Da mesma forma, o Vitor com toda a equipe, a Marina, a Ilda, de SP Obras, estão também abertos para que detalhemos cada um dos itens do orçamento, que como foi muito bem colocado pelo senhor, não foram números inventados. São números que são fruto de um trabalho, são fruto de um estudo e por isso estão acostados no nosso orçamento.

Queria colocar também com relação aos questionamentos feitos e às exposições, primeiro com relação ao córrego Freitas. O Córrego Freitas é uma preocupação sim. É uma preocupação dos moradores, é uma preocupação do Prefeito João Doria, é uma preocupação nossa. O nosso Secretário da Habitação, Fernando Chucri tem incansavelmente ido à Brasília para fazer com que possamos garantir os recursos para a habitação. Dentro do córrego Freitas existe o chamado Minha Casa Minha Vida vinculado, é um PAC vinculado, a obra de habitação vinculada à obra de infraestrutura. Isso é um sucesso. Sucesso, por exemplo, no caso do Ponte Baixa. Em Ponte Baixa estamos concluindo a obra esse ano e temos o atendimento às famílias. Existe o empreendimento Guido Caloi, até na própria avenida, como o atendimento de mil famílias, que permite que tanto as famílias de remoção no córrego M'Boi, como no Jardim Letícia, como na própria execução da obra, todas aquelas famílias tenham um atendimento definitivo habitacional. Por isso, pudemos prosseguir com o Ponte Baixa.

Da mesma forma, estamos batalhando para que os recursos, a vinculação do PAC com o Minha Casa Minha Vida para que o córrego Freitas possa ser atendido. Conversávamos aqui com o Vereador Reis, falando que inclusive tentamos colocar em etapas, colocar em

fases, mas não há como avançar no córrego Freitas sem a questão do atendimento habitacional.

Então, nós estamos, em conjunto com o Secretário Chucuri, sob o comando do nosso Prefeito João Doria, que tem essa preocupação e tem externado sempre essa preocupação com o córrego Freitas, buscando a solução habitacional. Não há como atender a demanda das famílias que lá vivem sem pensar nas famílias que no córrego residem. Infelizmente não é ao lado do córrego, é no córrego e essas famílias têm de ser a primeira preocupação. Elas têm de ser atendidas e não removidas, mas sim atendidas.

Então, essa preocupação nós temos e vamos continuar nessa luta. Posso aqui afiançar a minha palavra como secretário e afianço a da secretaria como um todo e a da Prefeitura, de que todos os recursos necessários para o córrego Freitas serão para ele destinados, desde que tenhamos o atendimento habitacional. Precisamos dessa solução habitacional. Obrigatoriamente passamos por isso e não tem como fechar os olhos sem a questão do atendimento às famílias.

Queria também colocar os recursos para os terminais, principalmente no caso em que temos o Itaquera e o Itaim Paulista, maior é o Itaquera. Para que a gente possa conceder, Vereador, precisamos ter o objeto a conceder. Então, precisamos realizar o terminal, complementar, dar a funcionalidade, dar o destino. A D. Maia do Socorro colocou aqui Itaquera, nós temos lá em Itaquera as obras de mobilidade que estão em curso e mais avançadas, onde está se aportando de recursos. São as obras de Itaquera: corredor Leste 1, corredor Leste 2 e o terminal. Esse terminal, para que possa ser concedido, precisa ser concluído. E também é importante colocar que 70% dos recursos são oriundos do PAC, então precisamos ter essa concessão.

Com relação ao Autódromo, da mesma forma, dentro do Autódromo temos 32 milhões de saldo dentro do recurso pactuado no PAC para o término da cobertura da área bruta locada, e também a reforma dos box, mesmo porquê há o compromisso de que o

Autódromo deverá continuar atendendo à Fórmula 1. Então precisamos também concluir as obras, pois faz parte da locação. E todo e qualquer investimento ele se reveste de um maior interesse da iniciativa privada para que possamos ter o funcionamento. E, dessa forma, esses recursos também são oriundos do parque.

E se prevê um pouco mais de recursos dentro da dotação Autódromo, na expectativa seguinte: em não se tendo concluída a privatização – esperamos que já esteja sendo feita – e há que a Prefeitura continuar também, o ano quem realizar o Grande Prêmio, temos de ter o recurso suficiente para que todas as exigências da FIA possam ser cumpridas.

Agora, o espírito nosso, o nosso objetivo, dentro do Autódromo é zerar o saldo junto ao Ministério do Turismo e termos condição, já o ano que vem, de estar com o Autódromo privatizado e sem a necessidade de mais nenhum gasto para realização do Grande Prêmio, que é um contrato que a Prefeitura tem com a FIA.

Com relação ao Zavuvus, muito bem colocado pelo Vereador Rodrigo Goulart, tivemos lá um problema com o TCU. O TCU entendeu que existe uma incompatibilidade da questão licitada e o projeto, suspendendo a obra. Estamos justificando junto ao TCU e apresentando toda a necessidade de se poder dar prosseguimento às obras na forma que estão projetadas, dentro de um projeto que está no contrato, uma vez que já houve gastos de recursos. A paralisação dessa obra poderá vir à perda de recursos lá já investidos. Apresentamos toda uma lógica ao TCU de conclusão do projeto executivo, de ajuste necessário naquele trecho 3, próximo das Nações Unidas, e estamos tentando a liberação, junto ao TCU, para poder continuar as obras.

Então não, nesse caso, como se culpar nem a contratada, nem nós da Secretaria, porque estamos cumprindo uma determinação do TCU. E uma vez a obra retida pelo TCU, a Caixa Econômica não libera um centavo para que possamos prosseguir. Assim, temos de fazer a liberação também perante à Caixa Econômica.

Queria colocar também com relação ao corredor do M'Boi, destacar aqui há uma

atenção muito grande da gestão atual ao M'Boi, e do nosso Prefeito Regional Everaldo, do Prefeito de São Paulo João Doria, do Secretário Avelleda, existe o projeto M'Boi Segura, junto ao BNDES, um dos corredores cujo todo trabalho de melhoria do corredor está colocado e é o corredor M'Boi, então ele tem toda a atenção, da mesma forma que tem a Carlos Lacerda.

A Carlos Lacerda, com o córrego dos Brancos, aliás, o córrego dos Brancos é um desses que estamos tentando viabilizar a manutenção dos recursos federais, com a execução do piscinão, na realidade, começando pelo piscinão para poder fazer a retenção e, depois, poder prosseguir na Carlos Lacerda.

É importante também consignar, que a Carlos Lacerda é um projeto que só poderá existir com a manutenção do PAC vinculado, apenas com a garantia que se terá os recursos do Minha Casa Minha Vida para o atendimento às famílias, é assim é que poderá permitir a Carlos Lacerda poder prosseguir. Não há como fazer o alagamento, fazer o projeto, sem a realocação das famílias. Não existe remoção de famílias, existe uma realocação da onde estão para o seu atendimento definitivo. Esse tem de ser o projeto, essa é a forma. Esse é o ganha-ganha, ganha a Cidade com o sistema viário, ganha a Cidade a canalização e ganham as famílias com o atendimento de moradia digna.

E, com relação à Prodam, eu acredito, espero, que a Prodam possa vir aqui trazer alguma notícia boa com relação ao aluguel, porque ela tem aí verificado conosco – o Clayton está até me passando uma colinha (Pausa) – sim, que ela está negociando conosco o prédio da República para poder também utilizar como espaço para a Prodam. Esperamos poder resolver.

Infelizmente, no Othon, se a própria Giulia e equipe não cabem, não vai ter espaço, imaginem, a própria Giulia que é a joia da coroa, da Secretaria da Fazenda, não está indo para lá, vocês imaginam, quer dizer, não há espaço para a Prodam. Então realmente não há o espaço.

E, colocar, Vereador Ricardo Nunes, que o serviço processado pela Prodam, dentro

da nossa Secretaria é a manutenção do sistema e nós temos sido atendido dentro daquilo que tem sido demandado a eles.

Acho que em breves palavras era isso que eu queria falar, continuamos aqui à inteira disposição, reforçando que não só o Santoro, como toda nossa equipe do financeiro, o Clayton, o Marcos, eu próprio e o Vitor na SP Obras estamos totalmente abertos para esclarecer cada um dos detalhes que nos levaram a compor esse valor de Orçamento.

O SR. RICARDO NUNES – Sr. Secretário, só das bras de arte, 82 milhões?

O SR. MARCOS PENIDO - Desculpe, com relação às obras de arte. Hoje, as obras de arte estão em projetos executivos, 15 entre pontes e viadutos. Concluídos esses projetos executivos, temos a abertura da licitação nesse mês, agora, de novembro, já teremos as empresas de projeto para executarem o projeto. Concluído o projeto, iniciam-se as obras. E inicia-se um novo lote de mais 15 projetos, dentro de um estudo de criticidade feito em conjunto com o Sinaenco. Estamos levando o porquê as primeiras 15 e também pelo Ministério Público, pois já havia um PAC comprometido com o Ministério Público.

Então a sequência das obras de arte serem passadas pelo processo de manutenção e recuperação, elas seguem essa lógica e esse estudo de criticidade, mas estamos à disposição para discutir o novo lote e mostrar o porquê estamos colocando aquela e não outra, e também abertos para podermos fazer alterações, desde que consigamos entender toda uma justificativa do porque da substituição.

Portanto, os recursos que estão colocados no Orçamento são: para conclusão dos 15 projetos executivos e início das obras; e nova rodada de mais 15. Essa é a lógica que estamos colocando: projeto executivo, início de obras, nova rodada de projeto de executivo, início e obra e, assim, sucessivamente para que se tenha, a médio prazo, um olhar detalhado com relação à manutenção e segurança de todas as obras de arte da cidade de São Paulo.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado Secretário. Só algo rapidinho, sei que o senhor já falou do Zavuvus, mas lá na Zagottis, só falta combinar, se pudesse tirar aquele

tapume e liberar aquela via, olha, o senhor não tem ideia do quanto algo simples vai ajudar.

O SR. MARCOS PENIDO - É que o Tribunal não deixa. Se nós fizermos, vamos perder o contrato, estamos sob o risco de perder o contrato. Se descumprirmos a determinação do Tribunal, perdemos o contrato. Por isso que estamos justificando para eles da importância de dar o prosseguimento até para manter, para agregar valor ao dinheiro já dispendido lá.

- Manifestações na plateia.

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem. Pela informação que tive lá, aquela parte, até falei para o próprio Santoro: “Pega um... a gente está acostumado a fazer o asfalto novo, pega um pouco de massa, que a gente vai lá e refaz o asfalto.

O SR. MARCOS PENIDO - O grande problema é o descumprimento.

O SR. RODRIGO GOULART – É, mas para isso tem uma caixa de inspeção bem ali onde deveria colocar o asfalto; eles não podem colocar enquanto o TCU não liberar. Tanto que eu nem (?) critiquei, e, inclusive, mandei diversos documentos lá pedindo isso.

O SR. MARCOS PENIDO - Se nós pudermos, inclusive, contar com o apoio da Câmara, que nos auxilie junto, porque nós precisamos efetivamente. Desesperados para tocar. Estamos com contrato, dinheiro bloqueado na Caixa Econômica por conta do TCU, empresa para fazer, vontade para fazer e necessidade. Precisamos desse apoio.

O SR. RICARDO NUNES – Ok. Secretário, para concluir: na sua apresentação, o senhor colocou ali o viário do Hospital de Parelheiros. Nós tivemos aqui a Dra. Tânia, da autarquia municipal hospitalar, e ela nos garantiu que, em janeiro, começa o hospital, pelo menos a parte de emergência. Nós notamos, já em 2014, ou 2015, alteração do alinhamento do viário para acesso ao Hospital de Parelheiros. Então o senhor precisa correr com isso, para entrar em compasso. Porque ela falou que, em março, funciona 50%, e aí, depois...

O SR. MARCOS PENIDO – Não, mas, quando eu coloquei maio, é a conclusão total; já há uma previsão do ambulatório.

P – Do viário.

R – Não, o viário termina no começo do ano. O viário, no começo do ano, a gente resolve.

P – De jeito nenhum.

R – Não, o viário, com certeza. O viário, no começo do ano...

P – A pontezinha, tudo?

R – Não, não... para inaugurar o hospital, a ponte não é necessária, é o viário de acesso ao hospital.

P – É, que sai ali do Caulim.

R – Não, é um viário pequeno, que é ao redor, para poder funcionar de acordo com a necessidade apontada pela Secretaria de Saúde. Nós estamos fazendo a *pari passu*. Existe a obra maior, que tem um outro cronograma, e existe a obra para funcionamento do hospital, essa que terminamos no começo do ano, para ter condição de, junto com o ambulatório, liberar para a saúde para poder entregar.

P – Ah, tá. Lógico, Sr. Eduardo (?). O senhor tem que falar ao microfone.

Só lembrando que nós votamos aquele acesso pela Av. Sadame Inoue.

O SR. EDUARDO – Isso, exatamente. Esse é um outro projeto, muito maior, que a Câmara aprovou, inclusive, já pensando no futuro terminal de ônibus de Parelheiros. Então esse projeto é um projeto maior.

Esse projeto do qual estamos falando aqui, de executar agora, é o que o CET definiu, e que a Câmara votou, é o trecho do acesso ao hospital, para poder entrar ambulância, para não ter risco de travar o trânsito na região e você não conseguir chegar ao hospital. Então esse é o trecho para o hospital, não é o trecho total que foi aprovado aqui na Câmara. Aí, sim, é um projeto maior, que, inclusive, envolve o acesso ao futuro terminal de Parelheiros.

O SR. MARCOS PENIDO – E se me permite, só para complementar o Eduardo. Com relação ao Paraguaiegas (?), é outro que está tendo que ser feito uma revisão de projeto, para, com certeza, água pluvial e esgoto não se misturarem. Existe uma questão, inclusive,

com relação ao método executivo desse piscinão, para que ele possa ser executado. Ele também está sendo objeto de uma revisão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, nobre Relator.

A sua palavra, Marcos, será a conclusão final.

Nobre Relator, do ponto de vista geral, eu acho que Parelheiros, o Hospital, está sinalizado com um término, com orçamento designado. Mas aqui foi colado com muita propriedade algo que eu vejo como prioridade entre tudo que é colocado aqui: a sequência da Caldeira Filho, a duplicação da M'Boi Mirim, o término da requalificação do corredor da M'Boi Mirim. A retomada é quando a gente verifica, porque quanto ao Hospital da Brasilândia, me consta que está em obras, mas de uma maneira bem tímida. Em setembro, retomou.

Então a questão do Córrego do Cordeiro, a conclusão, que eu acho que caminha bem. O Córrego Zavuvus, claro, começou timidamente, mas ali é um desafio. É o TCU, eu sei que depende das verbas federais, depende desse destravamento. E o Córrego do Freitas, eu conheço a região e eu quero fazer coro ao Vereador Reis. Eu dirá que, dentre as necessidades, é onde há mais necessidade hoje. Eu diria que é uma tragédia imediata. Então eu acho que o nosso desafio é garantirmos que temos rubricas, que seja para um início; que seja um tímido, mas que a gente tenha uma sinalização para que isso aconteça.

Eu sei que o companheiro Zarattini veio para um compromisso, mas eu não posso deixar anunciar o Líder do PT na Câmara Federal. Veio para uma atividade que está aqui. Muito obrigado pela presença.

Então eu vou passar a palavra ao Marcos Campagnoli, já considerando a finalização dessa audiência pública.

O SR. MARCOS PENIDO – O Estavão Baião (?), a gestão é de Sehab; a Sehab é que está acompanhando aquela obra, tanto do Jardim, de como foi o Jardim Edith, a gestão está em Sehab. E, por coincidência, estava discutindo com o Chucri exatamente essa questão. Estávamos, na quarta-feira que antecedeu o feriado, discutindo com isso. Ele estava

verificando a questão das liberações, do travamento, inclusive que também passa pela Caixa Econômica, mesmo sendo operação urbana. Então, havendo esse destrave para liberar essa questão. Porque ele estava falando que estava medindo alguma coisa de 200 mil por mês, e ele precisava multiplicar pelo menos por 10. E eu sei porque ele estava colocando esse problema. Mas a gestão da obra da Estevão Baião está com a Sehab.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCOS PENIDO – Nesse momento, nas obras que nós temos à frente, não está, até porque são obras que estão privilegiando os HIS e a conclusão que tem. Existe uma outra etapa, e nós iremos submetê-la ao Conselho Gestor. Inclusive, é a terceira etapa, e o próprio Parque do Chuvisco faz parte, e ele é um complemento do Parque do Chuvisco. Ele tem que ser colocado novamente. E você sabe da nossa dedicação, a preocupação do Vítor e o compromisso, inclusive, do próprio Sr. Prefeito junto à comunidade. Estivemos até juntos ali no Parque, na inauguração, e depois no Parque do Cordeiro. Então existe esse compromisso de se dar prosseguimento. E, com o projeto, poderemos levar a nova demanda para o Conselho Gestor. Nesse momento não está mesmo porque a prioridade é o prosseguimento das obras lá postas e de habitação de interesse social.

O SR. MARCOS CAMPAGNOLI – Serei breve, tendo em vista o crepúsculo.

Quero, inicialmente, cumprimentar o Presidente, todos os Vereadores, todas as lideranças das entidades representativas da sociedade, que aqui exercem o seu dever cívico nesse encontro de cidadania; os meus colegas de Governo.

Com relação às perguntas, a primeira foi relativa à requalificação de bairros e centralidades, que é uma política urbana fundamental para homogeneizarmos o desenvolvimento no território da cidade, com impacto positivo na mobilidade e na qualidade de vida.

Tivemos previsto, para 2017, 12 milhões. Por conta da queda da arrecadação da outorga onerosa, esse valor foi reduzido para 8 milhões e 700 mil. Foi contratada a São

Paulo Urbanismo para executar o projeto, o contrato está em andamento e todo esse valor será executado até o final do exercício. Para 2018, previstos, novamente, 12 milhões, na expectativa de melhora da arrecadação de outorga.

Com relação à difusão, fomento e pesquisas para a gestão participativa e desenvolvimento urbano, todas as audiências públicas previstas na legislação foram cumpridas, e, inclusive, algumas não previstas em legislação. Fizemos, recentemente, as audiências públicas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, gastamos 725 mil reais com as eleições dos representantes da Comissão Municipal de Política Urbana, e continuamos com um acordo com a Unesco para contar com aportes de recursos para 2018, para audiências públicas.

Com relação aos planos de bairro, que consideramos fundamentais, quero ressaltar que o nosso Prefeito João Doria definiu para a sua equipe de governo os princípios da descentralização e participação. E os planos de bairro são, então, o que mais se aproximaram do governo em termos de planejamento.

Vocês sabem que tem todo um rito legal. Tem. tivemos já o Plano Diretor Estratégico, a Lei do Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras, os Planos Diretores Regionais, e a legislação prevê agora os Núcleos Regionais de Planejamento, que serão molas propulsoras dos planos de bairro.

Quando fizemos o Plano de Metas, as consultas públicas, as audiências públicas, nós tivemos mais de 20 mil sugestões da comunidade. Para vocês terem uma ideia, três vezes mais de sugestões do que as que embasaram o Plano Diretor Estratégico. Bom, foi feita uma análise de consistência pelos técnicos do Departamento de Urbanismo da Secretaria, e das metas selecionadas para constar o Plano de Metas, 85% das metas estavam aderentes às diretrizes dos planos diretores regionais. Os planos diretores regionais definiram, para cada região de uma prefeitura regional, os perímetros – cerca de cinco, seis perímetros – para as intervenções urbanas, e esse será o próximo trabalho, ou seja, o plano de ação regional em

cada região de uma prefeitura regional.

Finalizando, com relação à questão do licenciamento, nós temos a meta de reduzir o tempo e o processo de licenciamento em 60%. Para vocês terem uma ideia, nós temos atualmente em estoque 14 mil processos em andamento. E, sem dúvida, essa redução do prazo de licenciamento, 60%, vai trazer um impacto positivo muito grande na dinamização da economia da cidade. Nós tivemos, para 2017, a previsão de recursos de 20 milhões e 900 mil. E agora, para 2018, 23 milhões, porque nós estamos desenvolvendo o sistema *Aprova Rápido*, que vai possibilitar o licenciamento em até 90 dias quando estiver em funcionamento esse sistema. Então queria colocar a necessidade de continuidade desses recursos e desse aumento para 23 milhões, que vai possibilitar o desenvolvimento do sistema para o *Aprova Rápido*, que é um sistema que está sendo desenvolvido junto com um redesenho dos processos de trabalho. Ou seja, estamos eliminando a burocracia, simplificando os procedimentos para termos um sistema mais ágil e eficiente.

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Marcos.

O SR. MARCOS CAMPAGNOLI – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Considerando que temos uma atividade aqui, e nada mais havendo a tratar, agradeço a todos, aos representantes do governo, e declaro encerrada esta audiência pública.